

**CAFÉ
PELÉ®**



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

COMPANHIA CACIQUE DE CAFÉ SOLÚVEL

Companhia Aberta

CNPJ/MF 78.588.415/0001-15

Rua Horacio Sabino Coimbra, 100 – Parque Industrial Cacique

CEP 86072-900, Cidade de Londrina, Estado do Paraná

Identificação

Companhia Cacique de Café Solúvel, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.588.415/0001-15 e com atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE 41.300.047.316, registrada como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) sob o nº 00290-9 (“Companhia”).

Sede

Localizada na cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Rua Horácio Sabino Coimbra nº 100, Parque Industrial Horácio Sabino Coimbra, CEP 86072-360

Diretoria de Relações com Investidores

Localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.900, 1º andar, conjunto 101, Itaim Bibi, CEP 04538-132. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Cesário Coimbra Neto, telefone (11) 2175-2700, fax (11) 2175-7278, e.mail: cesariocoimbraneto-ri@cafepele.com.br.

Auditores Independentes da Companhia

Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes S/S, para os exercícios encerrados em 31.12.2007 e 31.12.2008; e BDO Trevisan Auditores Independentes para o exercício encerrado em 31.12.2009.

Banco Escriturador

Itaú Corretora de Valores S.A.

Atendimento aos Acionistas

Efetuada pelo Departamento de Acionistas da Companhia, localizado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.900, 1º andar, conjunto 101, Itaim Bibi, CEP 04538-132. O responsável é o Sr. Sérgio Ricardo de Almeida, telefone (11) 2175-2700, fax (11) 2175-7278, e.mail: cesariocoimbraneto-ri@cafepele.com.br.

Jornais nos quais a Companhia divulga Informações

“Diário Oficial do Estado do Paraná”; “Jornal de Londrina” e “Diário do Comércio de São Paulo”.

Site na Internet

<http://www.cafepele.com.br>. As informações constantes da página na rede mundial de computadores (website na Internet) da Companhia não são partes integrantes deste Formulário de Referência.

Data da última atualização deste Formulário de Referência

28.05.2010, conforme Protocolo IPE CVM nº 248119.

INDICE

1. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELO CONTEÚDO DO FORMULÁRIO.....	1
1.1. Declaração do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores da Companhia.....	1
2. AUDITORES.....	1
2.1. Em relação aos auditores independentes:.....	1
2.2. Informar montante total de remuneração dos auditores independentes no último exercício social, discriminando os honorários relativos a serviços de auditoria e os relativos a quaisquer outros serviços prestados:	2
2.3. Outras informações que a Companhia julga relevantes:.....	2
3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS	2
3.1. Informações com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:.....	2
3.2. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:.....	3
3.3. Evento subsequente às últimas demonstrações financeiras consolidadas de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:	3
3.4. Descrição da política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais:	3
3.5. Tabela com distribuições de dividendos e retenções de lucro ocorridas:.....	5
3.6. Dividendos declarados a conta de lucros retidos ou reservas constituídas nos 3 últimos exercícios sociais:	5
3.7. Tabela com informações acerca do endividamento da Companhia (demonstrações financeiras consolidadas):	5
3.8. Tabela com dívidas com garantia real, dívidas com garantia flutuante e dívidas quirografárias, com o montante de obrigações da Companhia de acordo com o prazo de vencimento (demonstrações financeiras consolidadas):.....	6
3.9. Outras informações que a Companhia julga relevantes:.....	6
4. FATORES DE RISCO.....	6

4.1. Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:	6
4.2. Em relação a cada um dos riscos acima mencionados, caso relevantes, comentar sobre eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor e tais riscos.....	9
4.3. Processos judiciais, administrativos e arbitrais em que a Companhia ou suas controladas são partes, são relevantes para seus negócios e não estão sob sigilo:.....	10
4.4. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estão sob sigilo, em que a Companhia ou suas controladas são parte e cujas partes contrárias são administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas:.....	13
4.5. Impactos em caso de perda e valores envolvidos em processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas são parte:	13
4.6. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estão sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que a Companhia ou suas controladas são parte:	13
4.7. Outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores:.....	14
4.8. Informações sobre as regras do país de origem do emissor estrangeiro e regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados:	14
5. RISCOS DE MERCADO	15
5.1. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros: ..	15
5.2. Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégia e instrumentos, indicando:	16
5.3. Em relação ao último exercício social, indicação de alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada:.....	18
5.4. Outras informações que a Companhia julga relevantes:.....	18
6. HISTÓRICO DA COMPANHIA.....	18
6.1. Constituição da Companhia:.....	18
6.2. Prazo de duração:	18
6.3. Breve histórico da Companhia:.....	18
6.4. Data de registro na CVM:	19

6.5. Principais eventos societários:	19
6.5.1. Ano de 2007	19
6.5.2. Ano de 2008	20
6.5.3. Ano de 2008	21
6.5.4. Ano de 2010	22
6.6. Pedidos de falência fundados em valor relevante e pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial:	22
6.7. Outras informações relevantes:.....	23
7. ATIVIDADES DA COMPANHIA	23
7.1. Descrição sumária das atividades desenvolvidas pela Companhia e suas controladas:.....	23
7.2. Em relação as cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações consolidadas, indicar as seguintes informações.....	23
7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no ítem 7.2, descrever:.....	24
7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:.....	29
7.5. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente.....	29
7.6. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:	29
7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no ítem 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito á regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor.....	30
7.8. Descrever relações de longo prazo relevantes do emissor que não figurem em outra parte desse formulário.....	30
7.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes	30
8. GRUPO ECONÔMICO	30
8.1. Descrição do grupo econômico em que se insere a Companhia:	30
8.2. Organograma do grupo:	31

8.3. Operações societárias relevantes ocorridas no Grupo:	31
8.4. Outras informações relevantes:	32
9. ATIVOS RELEVANTES	32
9.1. Descrição dos bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia:	32
9.2. Fornecer outras informações que a Companhia julgue importantes.	37
10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES	37
10.1. Comentário dos diretores:	37
10.2. Comentário dos diretores sobre:.....	47
10.3. Comentários dos Diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:	52
10.4. Comentário dos Diretores sobre:	52
10.5. Os Diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.	53
10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os Diretores devem comentar:.....	53
10.7. Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:	54
10.8. Os Diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:.....	54
10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os Diretores devem comentar:	54
10.10. Os Diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:	54

10.11	Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.	55
11.	PROJEÇÕES.....	55
11.1.	Projeções e Estimativas:	55
11.2.	Projeções sobre os últimos 3 exercícios sociais:	56
12.	ASSEMBLÉIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO	56
12.1.	Estrutura administrativa.....	56
12.2.	Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais:	59
12.3.	Datas e jornais de publicação:.....	61
12.4.	Regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração:	62
12.5.	Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem:.....	63
12.6.	Administradores:	63
12.7.	Membros de comitês estatutários ou não estatutários:	65
12.8.	Membros do conselho de administração e diretoria estatutária:	65
12.9.	Relações conjugais, uniões estáveis ou parentescos até o segundo grau existentes entre:.....	67
12.10.	Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos três últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:	68
12.11.	Acordos (inclusive apólices de seguro) estabelecendo o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais e acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções:.....	68
12.12.	Outras informações relevantes:	69
13.	REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES.....	69
13.1.	Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:	69

13.2. Remuneração reconhecida nos três últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:.....	70
13.3. Remuneração variável dos três últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:.....	71
13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:.....	71
13.5. Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob o controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgãos, na data de encerramento do último exercício social:.....	71
13.6. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:.....	72
13.7. Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:	72
13.8. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos três últimos exercícios sociais:.....	72
13.9. Informações para a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:.....	72
13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:	73
13.11. Indicar, em forma de tabela, para os três últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:.....	73
13.12. Contratos, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando as conseqüências financeiras para a Companhia:.....	73
13.13. Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar o percentual de remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos:.....	73

13.14. Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:.....	74
13.15. Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos: ...	74
13.16. Outras informações relevantes:	74
14. RECURSOS HUMANOS	74
14.1. Descrição dos recursos humanos da Companhia, fornecendo as seguintes informações:.....	74
14.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima:	78
14.3. Descrição das políticas de remuneração dos empregados da Companhia:.....	78
14.4. Descrever as relações entre a Companhia e sindicatos:	79
15. CONTROLE:.....	79
15.1. Identificar o acionista ou grupo de acionistas controladores, indicando em relação a cada um deles:.....	79
15.2. Em forma de tabela, lista contendo as informações abaixo sobre os acionistas, ou grupos de acionistas que agem em conjunto ou que representam o mesmo interesse, com participação igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de ações e que não estejam listados no item 15.1:	80
15.3. Em forma de tabela, descrever a distribuição do capital, conforme apurado na última assembléia geral de acionistas:	80
15.4. Caso o acionista deseje, inserir organograma dos acionistas do emissor, identificando todos os controladores diretos e indiretos bem como os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações, desde que compatível com as informações apresentadas nos itens 15.1 e 15.2:	80
15.5. Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:	80

15.6. Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor:	81
16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	83
16.1. Descrição das regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto:	83
16.2. Adicionalmente, tais operações com partes relacionadas (i) não impactam atualmente ou impactarão futuramente os nossos resultados operacionais e situação financeira de forma negativa; e (ii) são celebradas em condições semelhantes às praticadas com terceiros. Informações, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas da Companhia e que tenham sido celebradas nos 3 últimos exercícios sociais ou estejam em vigor no exercício social corrente:.....	84
16.3. Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social: (a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e (b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório:	84
17. CAPITAL SOCIAL.....	84
17.1. Elaborar tabela contendo as seguintes informações sobre o capital social:.....	84
17.2. Em relação aos aumentos de capital do emissor, indicar:	85
17.3. Desdobramentos, Grupamentos e Bonificações:.....	87
17.4. Reduções de Capital Social:.....	87
17.5. Outras Informações Relevantes:	87
18. VALORES MOBILIÁRIOS.....	87
18.1. Descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida:	87
18.2. Regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública:.....	89
18.3. Exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no Estatuto:.....	89
18.4. Em forma de tabela, informar volume de negociações bem como maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, em cada um dos trimestres dos 3 últimos exercícios sociais: ...	90

18.5. Outros valores mobiliários emitidos pela Companhia que não sejam ações:	91
18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação:.....	91
18.7. Valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros:	91
18.8. Ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia:	91
18.9. Ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiro:	91
18.10. Outras informações relevantes:	91
19. PLANOS DE RECOMPRA E VALORES MOBILIÁRIOS EM TESOURARIA.....	91
19.1. Planos de recompra de ações da Companhia:	91
19.2. Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria:	92
19.3. Valores mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social:.....	92
19.4. Outras informações relevantes:	92
20. POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS	92
20.1. Política de negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de qualquer órgão com funções técnicas ou consultivas, criado por disposição estatutária:.....	92
20.2. Outras informações relevantes:	94
21. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES	94
21.1. Normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva:	94
21.2. Política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pela Companhia (inclusive os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas):.....	94
21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações:.....	95
21.4. Outras informações relevantes:	95

22. NEGÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS	97
22.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia:	97
22.2. Alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia:....	97
22.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais:	97
22.4. Outras informações que a Companhia julga relevantes:.....	97

1. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELO CONTEÚDO DO FORMULÁRIO

1.1. Declaração do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores da Companhia

Sergio Coimbra, Diretor Presidente da Companhia e **Cesário Coimbra Neto**, Diretor Superintendente e de Relações com Investidores da Companhia, declaram que reviram este formulário de referência, que todas as informações aqui contidas atendem ao disposto na Instrução CVM 480, em especial nos seus artigos 14 a 19, e que este conjunto de informações é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia, dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

2. AUDITORES

2.1. Em relação aos auditores independentes:

	Encerrado em 31.12.2009	Encerrado em 31.12.2008	Encerrado em 31.12.2007
a) Nome empresarial	BDO Auditores Independentes	RSM Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes S/S	RSM Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes S/S
b) Responsáveis, CPF e dados para contato	Sr. Marcelo Palamartckuk CPF: 088.818.668-11 Endereço: Av. Higienópolis, 1100 sala 62 – CEP – 86020-911 - Londrina Paraná Telefone: (0xx43) 3323-4727 Fax: (0xx43) 3323-4727 E-mail: palamartchuk@bdobrazil.com.br	Sr. Carlos Caputio CPF: 112.871.268-71 Endereço: Rua Comendador Araújo. 143 – 17º andar – cj. 173 – CEP – 80420-900 – Curitiba /Paraná Telefone: (0xx41) 3233-0023 Fax: (0xx41) 3233-0023 E-mail: carloscaputo@boucinhasconti.com.br	Sr. Carlos Caputio CPF: 112.871.268-71 Endereço: Rua Comendador Araújo. 143 – 17º andar – cj. 173 – CEP – 80420-900 – Curitiba /Paraná Telefone: (0xx41) 3233-0023 Fax: (0xx41) 3233-0023 E-mail: carloscaputo@boucinhasconti.com.br
c) Data da contratação dos Serviços	25 de março de 2009	08 de abril de 2008	24 de abril de 2007
d) Descrição dos serviços (1)	Auditoria das demonstrações contábeis individuais (controladora) e consolidadas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e legislação da CVM; revisão das informações trimestrais – ITRs, relativas aos trimestres findos em 31 de março, em 30 de junho e em 30 de setembro de 2009.	Auditoria das demonstrações contábeis individuais (controladora) e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e legislação da CVM; revisão das informações trimestrais – ITRs, relativas aos trimestres a findarem em 31 de março, em 30 de junho e em 30 de setembro de 2008.	Auditoria das demonstrações contábeis individuais (controladora) e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e legislação da CVM; revisão das informações trimestrais – ITRs, relativas aos trimestres a findarem em 31 de março, em 30 de junho e em 30 de setembro de 2007,

e) Substituição do auditor	Sim	Não aplicável	Não aplicável
i) Justificativa da substituição	A substituição ocorreu porque a administração da Companhia entendeu que a substituição é um processo natural e salutar de rotatividade, conforme política de governança corporativa.	Não aplicável	Não aplicável
ii) Razões do auditor pela discordância da justificativa da substituição	Não há	Não aplicável	Não aplicável

2.2. Informar montante total de remuneração dos auditores independentes no último exercício social, discriminando os honorários relativos a serviços de auditoria e os relativos a quaisquer outros serviços prestados:

No último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, os auditores independentes da Companhia, em contrapartida aos serviços de auditoria contábil, receberam honorários que totalizaram o valor de R\$ 108.600,00 (Cento e oito mil e seiscentos reais). Não foram recebidos quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços.

2.3. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Não aplicável.

3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

Algumas cifras apresentadas neste Formulário de Referência poderão não resultar em um somatório preciso em razão de arredondamentos.

3.1. Informações com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro

Descrição da Conta	2009	2008	2007
a) Patrimônio Líquido (em R\$ mil)	206.943	188.350	196.369
b) Ativo Total (em R\$ mil)	386.607	449.968	320.851
c) Receita Líquida (em R\$ mil)	429.934	476.644	394.061
d) Lucro Bruto (em R\$ mil)	87.026	109.902	66.040
e) Resultado Líquido (em R\$ mil)	8.892	4.164	3.861
f) Número de Ações, ex-tesouraria	24.948	24.948	24.948
g) Valor patrimonial da ação (em reais)	8,2950	7,5497	7,8711
h) Resultado líquido da ação (reais)	0,3564	0,1669	0,1547

3.2. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. valor das medições não contábeis:

b. conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

c. explicações sobre o motivo pelo qual a Companhia entende que tais medições são mais apropriadas para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações:

A Companhia não divulgou estas informações.

3.3. Evento subsequente às últimas demonstrações financeiras consolidadas de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

Não ocorreram eventos subsequentes que alterassem as demonstrações consolidadas.

3.4. Descrição da política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais:

Período	2009	2008	2007
(a) Regras sobre retenção de lucros	O Estatuto Social da Companhia prevê que 5% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal. De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deve pagar aos seus acionistas 25% de seu lucro líquido anual ajustado sob a forma de dividendo obrigatório, calculado sobre o saldo ajustado na forma do artigo	O Estatuto Social da Companhia prevê que 5% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal. De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deve pagar aos seus acionistas 25% de seu lucro líquido anual ajustado sob a forma de dividendo obrigatório, calculado sobre o saldo ajustado na forma do artigo	O Estatuto Social da Companhia prevê que 5% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal. De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deve pagar aos seus acionistas 25% de seu lucro líquido anual ajustado sob a forma de dividendo obrigatório, calculado sobre o saldo ajustado na forma do artigo

	202 da Lei 6.404/76. O saldo será posto à disposição da Assembléia Geral que deliberará sobre sua destinação, mediante proposta da Diretoria. A Diretoria tem adotado como prática habitual a retenção de lucros para atender a proposta de orçamento de capital.	202 da Lei 6.404/76. O saldo será posto à disposição da Assembléia Geral que deliberará sobre sua destinação, mediante proposta da Diretoria. A Diretoria tem adotado como prática habitual a retenção de lucros para atender a proposta de orçamento de capital.	202 da Lei 6.404/76. O saldo será posto à disposição da Assembléia Geral que deliberará sobre sua destinação, mediante proposta da Diretoria. A Diretoria tem adotado como prática habitual a retenção de lucros para atender a proposta de orçamento de capital.
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual	Anual	Anual
(d) Restrições à distribuição de dividendos	Não existem restrições relativas à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicáveis à Companhia, assim como decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Não existem restrições relativas à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicáveis à Companhia, assim como decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Não existem restrições relativas à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicáveis à Companhia, assim como decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

3.5. Tabela com distribuições de dividendos e retenções de lucro ocorridas:

Período	2009	2008	2007
<i>(a) Lucro líquido ajustado para fins de dividendos (em R\$ mil)</i>	8.838	5.048	4.823
<i>(b) Dividendo declarados (em R\$ mil)</i>	2.209	1.262	1.206
<i>(c) Percentual de dividendo por lucro líquido ajustado</i>	25%	25%	25%
<i>(d.1) Dividendo declarados por ação ordinária (em R\$)</i>	0,08303	0,04733	0,04531
<i>(d.2) Dividendo declarados por ação preferenciais (em R\$)</i>	0,09133	0,05217	0,04984
<i>(e) Data de pagamento do dividendo</i>	30.06.2010	30.06.2009	30.06.2008
<i>(f) Taxa de retorno do lucro líquido ajustado para fins de dividendo em relação ao patrimônio líquido</i>	4,27%	2,68%	2,46%
<i>(g) Lucro líquido retido (em R\$ mil)</i>	6.628	3.786	3.617
<i>(h) Data da aprovação da retenção</i>	30.04.2010	30.04.2009	30.04.2008

Os dividendos propostos pela Administração estão sendo pagos integralmente.

3.6. Dividendos declarados a conta de lucros retidos ou reservas constituídas nos 3 últimos exercícios sociais:

Não aplicável

3.7. Tabela com informações acerca do endividamento da Companhia (demonstrações financeiras consolidadas):

Período	Exercício Social encerrado em 31.12.2009	Exercício Social encerrado em 31.12.2008	Exercício Social encerrado em 31.12.2007
<i>(a) Empréstimos e Financiamento Total (em R\$ mil)</i>	132.709	194.336	88.940
<i>(b) Índice de endividamento (passivo circulante mais o não-circulante, dividido pelo patrimônio líquido)</i>	87%	139%	63%

A Companhia entende que este índice de endividamento representa, de forma mais apropriada, o nível relativo de endividamento da Companhia, pois reflete o endividamento consolidado líquido de sua capacidade imediata de pagamento e é utilizado, para fins de cálculo de índices financeiros nos diversos contratos de endividamento da Companhia.

3.8. Tabela com dívidas com garantia real, dívidas com garantia fluante e dívidas quirografárias, com o montante de obrigações da Companhia de acordo com o prazo de vencimento (demonstrações financeiras consolidadas):

Exercício Social encerrado em 31.12.2009 - em R\$ mil

Período	Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano e inferior a 3 anos	Superior a 3 anos e inferior a 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Real	94.409	37.317	983	-	132.709
Total	94.409	37.317	983	-	132.709

3.9. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Não aplicável

4. FATORES DE RISCO

4.1. Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

A - à Companhia:

O crescimento e o desempenho financeiro futuro vai depender de diversos fatores que estão fora do controle da companhia, fatores estes que poderão levá-la a não ser bem sucedida na execução de sua estratégia para prosseguir desenvolvendo seus negócios e aumentar sua receita e rentabilidade futura.

A companhia não pode assegurar que quaisquer de suas estratégias serão executadas integralmente ou com sucesso, em virtude destes fatores, dentre eles destacamos alguns que exigem maior atenção:

a) Crescimento nos mercados interno e externo:

O crescimento nestes mercados dependera de uma série de outros fatores. No mercado externo, temos uma concorrência muito forte, motivada principalmente pela variação de preço de nossa matéria prima (café cru), corremos o risco de termos uma geadada nas regiões de plantio e os preços no mercado interno de café cru vir a aumentar de forma significativa, nossa competitividade seria reduzida em muito, já que outros países fornecedores de café cru como Colômbia, Indonésia, Vietnã, África etc. não sofreriam esta alta, e nossos concorrentes com fábricas no exterior seriam beneficiados, pois, poderiam comprar café cru destas regiões com custos mais baixo, como já ocorreu no passado, haveria um descolamento entre os preços café cru no mercado interno e externo.

Outro grande fator de risco para a Companhia é a valorização excessiva do Real, nossos custos poderão ficar muito altos em dólar, e conseqüentemente, perderíamos competitividade no mercado externo.

b) – Redução de custos e aumento da eficiência operacional:

Reduzir custo e aumentar a eficiência operacional será um fator determinante para o futuro, teremos que investir em automação e na melhoria dos processos, os investimentos em automação de processo não são baixos, e poderão ser postergados em função de algumas conjunções.

c) - expansão da participação na receita de produtos mais rentáveis:

Expandir a participação na receita de produtos mais rentáveis tem sido nosso objetivo, mas poderemos ter algumas dificuldades para implementá-la, podemos citar como exemplo a crise financeira ocorrida do final de 2008, que até o momento vem trazendo conseqüências nos mercados de produtos com maior valor agregado.

d) -expansão a rede de distribuição.

Expandir nossa rede de distribuição nos mercados também vai ser um fator determinante para expansão, principalmente no mercado interno, mas o custo para efetuar esta expansão nem sempre é baixo.

A implementação da estratégia da Companhia depende de fatores fora de seu controle, tais como alterações das condições dos mercados nos quais opera, ações de seus concorrentes ou leis e regulamentos existentes a qualquer tempo. Caso a Companhia não consiga implementar com sucesso qualquer parte da sua estratégia, o negócio, situação financeira e resultados operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados.

As margens operacionais da Companhia dependem, entre outros fatores, do preço de compra de matérias-primas (café cru) e da taxa de dólar. Tais preços podem variar significativamente, inclusive durante curtos intervalos de tempo, acarretando perdas de margem.

A eventual utilização, pela Companhia de programas de gestão de risco e *hedge*, incluindo contratos futuros e opções de compra e venda, não eliminam completamente esses riscos. Além disso, esses programas também poderão limitar ganhos derivados de flutuações favoráveis do preço de *commodities*. Ademais, parte dos contratos de compra e venda futuros da Companhia é marcada a mercado de tal forma que os ganhos e perdas não-realizados correlatos são informados trimestralmente nas demonstrações de resultado. Assim sendo, as perdas decorrentes desses contratos prejudicariam os ganhos e poderiam acarretar volatilidade significativa nos ganhos da Companhia.

A Companhia vem enfrentando uma intensa concorrência em seus setores de negócios, esta concorrência também poderá afetar sua participação de mercado e rentabilidade.

B – ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle:

A controladora da Companhia Horacio Sabino Coimbra Com. Part. Ltda. detém 64,97% das ações ordinárias em circulação. De acordo com o Estatuto Social da Companhia as deliberações das Assembléias Gerais serão tomadas por maioria absoluta de votos, correspondendo cada ação em 01 (um) voto.

C - aos seus acionistas:

A Companhia poderá ter interesse em captar recursos no mercado de capitais por meio de emissão de ações.

De acordo com seu estatuto social, a companhia deve pagar a seus acionistas 25% do lucro líquido anual ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76 a título de dividendo obrigatório.

As ações preferenciais têm prioridade na distribuição de dividendo, não cumulativo, no mínimo 10% (dez por cento) maior do que o que for atribuído as ações ordinárias.

5% do lucro líquido deverão constituir reserva legal, até o limite estabelecido por lei.

O saldo do lucro líquido será posto a disposição da Assembléia Geral que deliberara sobre sua destinação, mediante proposta da Diretoria.

A Diretoria, ouvido o Conselho de Administração poderá autorizar, a qualquer tempo, o pagamento aos acionistas de juros a título de remuneração do capital próprio, os quais poderão ser imputados ao valor do dividendo obrigatório e/ou estatutário, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela companhia para todos os efeitos legais.

D - a suas controladas e coligadas:

Não aplicável.

E - a seus fornecedores:

Não aplicável.

F - a seus clientes:

A consolidação dos clientes no mercado interno da Companhia tais como supermercados, clubes atacadistas e distribuidores de alimentos, vem aumentando nos últimos anos. Esta consolidação esta sendo notada também em outros países importantes. Essas consolidações produziram clientes de grande porte, sofisticados, com maior poder de compra e mais exigentes, opondo-se a aumentos de preços e exigindo preços menores, aumento de ações promocionais e produtos especificamente personalizados. Caso a Companhia não reaja a essas tendências, o crescimento do volume de vendas da Companhia poderá diminuir, prejudicando os resultados financeiros e o preço das ações da Companhia.

G - aos setores da economia nos quais a Companhia atue:

A deterioração da conjuntura econômica poderá causar impacto negativo sobre os negócios da Companhia.

O negócio da Companhia poderá ser prejudicado por alterações da conjuntura econômica nacional ou mundial, incluindo inflação, taxas de juros, disponibilidade dos mercados de capital, taxas de gastos do consumidor, disponibilidade de energia e custos.

As iniciativas governamentais para administrar a conjuntura econômica, poderiam prejudicar a demanda de produtos nos mercados interno e externo ou o custo e a disponibilidade das matérias-primas que a Companhia necessita e materiais de embalagem, prejudicando dessa forma, os resultados financeiros da Companhia.

A deterioração do mercado nacional e internacional poderá levar o mercado a interrupções no crédito financeiro, poderá ainda, ter impacto negativo sobre a demanda global por produtos de alta qualidade, aumentando o consumo de produtos de menor valor agregado, o que poderia acarretar a redução de vendas, lucro, fluxo de caixa, investimentos e prejudicar a situação financeira de clientes e fornecedores da Companhia.

H - à regulação dos setores em que o emissor atue:

Atender as exigências ambientais poderá resultar em custos significativos, e não seguir tais exigências poderá resultar em condenações por perdas e danos, bem como sanções criminais e administrativas.

As operações da Companhia estão cada vez mais sujeitas as rigorosas leis e regulamentos em vigor nas jurisdições em que a Companhia atua, em diversos níveis de governo, relativos à proteção do meio ambiente, inclusive com relação ao descarte de materiais no meio ambiente, à manipulação, tratamento e descarte de resíduos e saneamento do solo e contaminação de águas subterrâneas.

A impossibilidade de atender a essas exigências, sobre proteção ambiental, poderá resultar em sérias conseqüências para a Companhia, inclusive penalidades criminais, civis e administrativas, condenações por perdas e danos e publicidade negativa. A conformidade com novas leis ou com as leis e regulamentos ambientais em vigor podem causar um aumento nos custos e despesas da Companhia, resultando, conseqüentemente, em lucros menores.

Alterações na legislação fiscal Brasileira poderão resultar em aumento de tributos, o que poderia reduzir a margem de lucro e afetar o desempenho financeiro da companhia.

I - aos países estrangeiros onde o emissor atue:

As exportações da Companhia estão sujeitas a uma série de riscos ligados a operações internacionais.

Nossas exportações corresponderam a 59,80% de nossas receitas líquidas em 2009. Nossos principais mercados são: EUA, União Européia, Rússia e Japão entre outros, a companhia esta sujeita a fatores que não dependem do seu controle como: variação cambial, conjuntura econômica, imposição de tarifas e outras barreiras comerciais.

4.2. Em relação a cada um dos riscos acima mencionados, caso relevantes, comentar sobre eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor e tais riscos.

A Companhia analisa constantemente os riscos as quais esta exposta e que possam afetar os seus negócios, juridicamente e financeiramente.

O monitoramento nos cenários macroeconômico que possam influenciar suas atividades é feito através de indicadores, visando evitar qualquer tipo adverso em suas atividades.

Atualmente, todos os riscos mencionados no item 4.1 não identificam anormalidade alguma.

4.3. Processos judiciais, administrativos e arbitrais em que a Companhia ou suas controladas são partes, são relevantes para seus negócios e não estão sob sigilo:

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e procedimentos administrativos trabalhistas, tributários e cíveis.

i. Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia figurava como ré em, aproximadamente, 134 processos judiciais de natureza trabalhista, resultantes das alterações e mudanças de estrutura realizadas nos anos de 2007 e 2008 nas unidades industriais da Companhia, sendo que, 20% destes processos foram propostos por empregados de empresas terceirizadas.

Em 31 de dezembro de 2009, os valores envolvidos nas reclamações trabalhistas em curso contra a Companhia somavam, aproximadamente, R\$ 3,9 milhões. A Companhia mantinha uma provisão para questões relativas às suas pendências judiciais trabalhistas no montante aproximado de R\$ 3,5 milhões.

Não há processos judiciais de natureza trabalhista contra as controladas da Companhia.

Seguem, abaixo, descritas as ações trabalhistas em que a Companhia figura no pólo passivo que (i) são relevantes para os seus negócios e (ii) não estão sob sigilo e/ou segredo de justiça:

i.1) Processo nº 03494-1993-663-09-00-5

<i>a. Juízo:</i>	4ª Vara do Trabalho de Londrina/PR
<i>b. Instância:</i>	1ª Instância (fase de execução)
<i>c. Data de instauração:</i>	16.07.1993
<i>d. Partes no processo:</i>	Reclamante: Antonio Carlos Zanatta Reclamada: Companhia Cacique de Café Solúvel

e. Valores, bens ou direitos envolvidos: Verbas trabalhistas: Diferença salarial ACT 89/90; adicional de periculosidade e reflexos; adicional noturno e reflexos; horas extras; pagamento em dobro de domingos e feriados; reflexos em 13º salários, férias, verbas rescisórias e FGTS; indenização relativa a estabilidade da CIPA; FGTS sobre o aviso prévio; multa convencional; multa protelatória; honorários periciais; calculista.

f. Principais fatos: O Reclamante obteve êxito em todas as Instâncias judiciais – em sede de sentença, recurso ordinário, recurso de revista e embargos de declaração à SDI –, sendo que as verbas indicadas na letra “e” acima são aquelas efetivamente devidas pela Companhia, na medida em que o processo já se encontra em fase de execução.

<i>g. Chance de perda:</i>	Provável
<i>h. Análise em caso de perda do processo:</i>	Impacto financeiro
<i>i. Valor provisionado:</i>	R\$ 492.531,77

i.2) Processo nº 03060-2007-513-09-00-7

a. Juízo: 3ª Vara do Trabalho de Londrina/PR
b. Instância: 3ª Instância (Recurso de Revista)
c. Data de instauração: 29.10.2001
d. Partes no processo: Reclamante: Maria Aparecida Peliky Fontes
Reclamada: Companhia Cacique de Café Solúvel

e. Valores, bens ou direitos envolvidos: Ação judicial decorrente de doença profissional do trabalho, objetivando a indenização por danos morais, pensão mensal vitalícia proporcional a incapacidade para o trabalho com correção monetária e juros a serem calculados desde a data do acidente de trabalho até o pagamento efetivo, pagamento de tratamento médico, despesas processuais e honorários advocatícios.

f. Principais fatos: A Reclamante ajuizou a presente ação judicial no ano de 2001 perante à Justiça Cível. Contudo, com a edição da Emenda Constitucional nº 45/2004, os autos foram remetidos à Justiça do Trabalho – Justiça Especializada, então declarada, pelo E. Supremo Tribunal Federal, como competente para julgamento das causas decorrentes do vínculo empregatício, inclusive àquelas que versam sobre pedidos de indenizações (moral e material) em ações acidentárias. Em resumo, a Reclamante alega que trabalhou na Companhia, no período de 08.07.1974 à 01.02.1995, exercendo diferentes funções mas sempre relacionadas à digitação de documentos. Afirma que no início das atividades gozava de plena capacidade física e mental, sendo que com o passar do tempo começou a sentir dores que dificultavam a sua atividade laborativa. No ano de 1990 ao realizar consultas médicas constatou-se que as dores eram resultantes de LER – Lesão por Esforços Repetitivos.

g. Chance de perda: Provável
h. Análise em caso de perda do processo: Impacto financeiro
i. Valor provisionado: R\$ 746.901,92

ii. Tributários

A Companhia e sua controlada Cacique Agrícola S/A são parte ativa e passiva em diversos processos de natureza tributária envolvendo um valor total de contingência passiva estimado em, aproximadamente, R\$ 8,2 milhões, em 31 de dezembro de 2009.

Em 31 de dezembro de 2009 foi efetuada provisão contábil para suportar eventuais perdas decorrentes de processo tributário, na qual é parte passiva a empresa controlada Cacique Agrícola S/A, no valor de R\$ 1,4 milhões, inclusive com o respectivo depósito judicial do referido montante.

Os procedimentos administrativos tributário, por terem sido avaliados como risco possível, não são objeto de constituição de provisão contábil, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Dentre os processos tributários e procedimentos administrativos em que a Companhia e suas controladas figuram no pólo passivo ou ativo e que (i) sejam relevantes para os

negócios da Companhia ou de suas controladas, e ainda (ii) não estejam sob sigilo e/ou segredo de justiça, tem-se o abaixo descrito:

ii.1) Processo nº 0026-02-002644-4

a. Juízo: 2ª Vara de Andradas/MG
b. Instância: 1ª Instância (Ag. sentença)
c. Data de instauração: 20.02.2001
d. Partes no processo: Exeqüente: Estado de Minas Gerais
Executada: Cacique Agrícola S/A

e. Valores, bens ou direitos envolvidos: Ação de Execução Fiscal cuja Certidão de Dívida Ativa – CDA tem origem em processo administrativo fiscal tributário julgado, no qual o Auto de Infração e Imposição de Multa foi julgado procedente, sob a alegação de irregularidades fiscais – entrada, saída e manutenção de estoques desacobertos de documento fiscal.

f. Principais fatos: A Ação de Execução Fiscal foi ajuizada em 2001, pela Procuradoria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, sendo que para a apresentação de Embargos à Execução, a Companhia efetuou o depósito judicial do valor integral e em dinheiro do crédito tributário então discutido nos presentes autos.

Os Embargos à Execução Fiscal foram apresentados em 20.07.2004, com a realização de perícia contábil e fiscal no ano de 2007. O processo judicial aguarda julgamento em 1ª Instância.

g. Chance de perda: Remota
h. Análise em caso de perda do processo: Não há – depósito judicial integral
i. Valor provisionado: R\$ 1.422.657,14

iii. Cíveis

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia e suas controladas figuravam como partes, ativa ou passivamente, em 40 ações cíveis, sendo que, aproximadamente, 90% referem-se a ações de recuperação judicial, nas quais a Companhia habilitou crédito a ser recebido.

Na mesma data, a Companhia efetuou provisão contábil no valor de R\$ 171 mil, para as questões relativas às suas pendências judiciais cíveis.

Seguem, abaixo, as informações sobre o processo judicial de natureza cível relevante para a Companhia, no qual é parte e não se encontra sob sigilo e/ou segredo de justiça:

iii.1) Processo nº 127.01.2005.011057-0

a. Juízo: 2ª Vara Cível de Carapicuíba/SP
b. Instância: 1ª Instância (Ag. sentença)
c. Data de instauração: 27.07.2005
d. Partes no processo: Autora: Maria Rosa de Souza
Ré: Companhia Cacique de Café Solúvel

e. Valores, bens ou direitos envolvidos: Ação de Indenização por danos morais, decorrentes de acidente de trânsito, pagamento de lucros no valor de R\$ 58.800,00, custas processuais e honorários advocatícios.

f. Principais fatos: A Autora alega em sua petição inicial que teria sofrido acidente de trânsito, ocasionado pelo preposto da Companhia, no dia 24.02.1999. O acidente lhe teria gerado danos morais – abalo psicológico e moral, bem como danos materiais – acompanhamento médico, remédios, exames, e impossibilidade para o trabalho, o que motivaria os lucros cessantes pleiteados até que a Autora complete 65 anos de idade.

A Companhia contra-argumentou todos os pedidos da petição inicial demonstrando a impossibilidade do pedido, na medida em que o acidente de trânsito então relatado, além de ter sido ocasionado pela imprudência da própria Autora, ainda, não causou lesões graves, mas sim de natureza leve, sem complicações médicas e de saúde.

As argumentações da Companhia foram confirmadas pela perícia técnica médica efetuada na Autora pelo IMESC. O processo judicial aguarda julgamento em 1ª Instância.

g. Chance de perda: Remota
h. Análise em caso de perda do processo: Impacto financeiro
i. Valor provisionado: R\$ 126.772,03

4.4. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estão sob sigilo, em que a Companhia ou suas controladas são parte e cujas partes contrárias são administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas:

Não aplicável. A Companhia e suas controladas não têm qualquer litígio judicial, administrativo ou arbitral, seja no pólo ativo ou passivo, em que seriam partes contrárias os administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou mesmo, os seus investidores.

4.5. Impactos em caso de perda e valores envolvidos em processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas são parte:

Não aplicável. A Companhia e suas controladas não têm qualquer litígio judicial, administrativo ou arbitral, seja no pólo ativo ou passivo, em sigilo e/ou segredo de justiça.

4.6. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estão sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que a Companhia ou suas controladas são parte:

i. Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia figurava como ré em, aproximadamente, 134 processos judiciais de natureza trabalhista, resultantes das alterações e mudanças de estrutura realizadas nos anos de 2007 e 2008 nas unidades industriais da Companhia, sendo que, 20% destes processos foram propostos por empregados de empresas terceirizadas.

Em 31 de dezembro de 2009, os valores envolvidos nas reclamações trabalhistas em curso contra a Companhia somavam, aproximadamente, R\$ 3,9 milhões. A Companhia mantinha uma provisão para questões relativas às suas pendências judiciais trabalhistas no montante aproximado de R\$ 3,5 milhões.

Não há processos judiciais de natureza trabalhista contra as controladas da Companhia.

Seguem, abaixo, processos semelhantes que a Companhia figura no pólo passivo que (i) são relevantes para os seus negócios e (ii) não estão sob sigilo e/ou segredo de justiça:

- | | |
|--------------------------------------|--|
| <i>a. Valores envolvidos:</i> | R\$ 2.824.181,35 |
| <i>b. Valores provisionados:</i> | R\$ 869.237,61 |
| <i>c. Causa de tal contingência:</i> | Os processos judiciais de natureza trabalhistas têm causas nas verbas decorrentes de vínculo empregatício (horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e reflexos legais). |

ii. Tributários

Não há processos tributários judiciais ou administrativos baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes que em conjunto possam ser relevantes para a Companhia e suas controladas.

iii. Cíveis

Não há processos cíveis judiciais ou arbitrais baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes que em conjunto possam ser relevantes para a Companhia e suas controladas.

4.7. Outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores:

Não aplicável. Não há outras contingências relevantes a serem indicadas no presente Formulário de Referência, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

4.8. Informações sobre as regras do país de origem do emissor estrangeiro e regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados:

Não aplicável. A Companhia tem sede no Brasil, não sendo, portanto, uma emissora estrangeira de valores mobiliários.

5. RISCOS DE MERCADO

5.1. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros:

As exportações da Companhia correspondem a 54,3% das receitas totais no ano de 2009, nossos principais mercados são: EUA, Mercado Europeu, Japão e Rússia. Enfrentamos riscos que normalmente uma empresa que atua somente no mercado interno não tem. Sofremos taxaço de 9% sobre importações de café solúvel Brasileiro nos 27 países da EU, o Japão também esta praticando esta taxaço só que em menor percentual.

A Companhia está sujeita a variação nas taxas de cambio e juros.

Em 31 de dezembro de 2009, 81,2% do endividamento da Companhia eram denominados em moeda estrangeira estando sujeita a variação cambial e juros identificados abaixo, este percentual corresponde a R\$ 114 milhões, o restante R\$ 26 milhões de empréstimos em moeda Nacional corresponde a 18,8%.

Podemos notar abaixo, quadro contendo empréstimos de curto e de longo prazo e seus respectivos encargos financeiros.

Empréstimos de Curto Prazo

		Consolidado		
	Encargos	2009	2008	2007
<u>Moeda Nacional</u>				
FINAME – Banco do Brasil S/A.	6% a.a	2.369	1.425	1.407
Cédula de Crédito Exportação	6,75% a.a	20.325	10.058	10.102
Total Moeda Nacional		22.694	11.483	11.509
<u>Moeda Estrangeira</u>				
Adiantamento de Contrato de Câmbio	2,25% a 5,15%a.a	67.080	115.243	65.038
Pré - Pagamento de Exportação	2,80% a 2,81%a.a	23.744	508	-
Total Moeda Estrangeira		90.824	115.751	65.038
Total Empréstimos de Curto Prazo		113.518	127.234	76.547

Empréstimos de Longo Prazo

		Consolidado		
Encargos		2009	2008	2007
<u>Moeda Nacional</u>				
FINAME – Banco do Brasil S/A.	6% a.a	2.214	1.305	725
Total Moeda Nacional		2.214	1.305	725
<u>Moeda Estrangeira</u>				
Pré Pagamento de Exportação – Banco Bradesco S.A.	3,65% e 6,33%a.a	16.977	65.797	11.668
Total Moeda Estrangeira		16.977	65.797	11.668
Total Empréstimos de Longo Prazo		19.191	67.102	12.393

ADIANTAMENTO DE CLIENTES

		Consolidado		
		2009	2008	2007
Adiantamento de Clientes				
No país		1.388	318	-
No Exterior		6.077	9.080	6.271
		7.465	9.398	6.271

5.2. Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégia e instrumentos, indicando:

A - riscos para os quais se busca proteção:

A Companhia busca basicamente proteção contra os riscos de variações cambiais.

B - estratégia de proteção patrimonial (hedge):

A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da tesouraria, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Essa política é monitorada permanentemente por executivos financeiros da Companhia, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia da administração na gestão desses riscos. A política não permite operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

Identificadas as exposições da Companhia, o responsável pela Tesouraria da Companhia precifica e zera seus riscos, buscando proteção com operações no mercado de Bolsa de Valores.

C - instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge):

Risco de variação cambial

O risco de variação cambial sobre os empréstimos, financiamentos, contas a receber em moedas estrangeiras decorrentes de exportações, estoques e outras obrigações eventuais, denominadas em moeda estrangeira, são protegidos através da estratégia de acompanhamento diário dos ativos e passivos expostos à variação de taxas de câmbio, através da contratação de *hedge* de futuro de câmbio na BM&F e contratos de *swap* (troca de variação cambial por variação da taxa CDI), buscando o zeramento da posição.

D - parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos:

Risco de variação cambial

O parâmetro para proteção se baseia na exposição líquida em moeda estrangeira, buscando reduzir a exposição aos riscos de variações cambiais equilibrando seus ativos não denominados em Reais contra suas obrigações não denominadas em Reais, protegendo assim o balanço patrimonial da Companhia. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo e acompanhamento das operações bem como parte pelo sistema de ERP.

E - se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos:

A Companhia opera instrumentos financeiros com o objetivo exclusivo de proteção patrimonial (*hedge*).

F - estrutura organizacional de controle de gerenciamento de risco

A política de gerenciamento geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada pela Tesouraria, e pelo Diretor Superintendente, afim de avaliar os resultados e o impacto no fluxo de caixa da companhia, seguindo esta política, os riscos de mercado são protegidos quando considerado necessário.

G - adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada:

A Diretoria por meio da estrutura organizacional , avalia se as operações estão adequadas com a política adotada.

5.3. Em relação ao último exercício social, indicação de alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada:

Não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado.

5.4. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Não Aplicável

6. HISTÓRICO DA COMPANHIA

6.1. Constituição da Companhia:

<i>a. Data:</i>	17.10.1959
<i>b. Forma:</i>	Sociedade Anônima
<i>c. País de constituição:</i>	Brasil

6.2. Prazo de duração: Indeterminado

6.3. Breve histórico da Companhia:

Em 17 de Outubro de 1959, ao lado de outros pioneiros, Horácio Sabino Coimbra fundou a Companhia Cacique de Café Solúvel, logo prestigiada com 523 acionistas, a maioria de pequenos e médios cafeicultores do norte do Estado do Paraná.

Em 17 de Abril de 1966 foi inaugurada a fábrica de café solúvel, na cidade de Londrina, com a presença do Governador Paulo Pimentel, do Ministro da Agricultura Ney Braga, do Presidente do Instituto Brasileiro do Café – IBC, Jaime Miranda, e de outras autoridades.

A criatividade e o arrojo comercial da empresa determinaram o sucesso de suas exportações, motivando já em 1968 a duplicação da capacidade de produção industrial. Em 1970, a Cacique tornou-se a principal exportadora brasileira de café solúvel. Neste mesmo ano aconteceu o lançamento do café solúvel Cacique no mercado nacional.

Ainda em 1970, a assinatura do contrato com o atleta Edson Arantes do Nascimento, o **Pelé**, para a utilização de seu nome, assinalou o nascimento dessa consagrada marca, inicialmente comercializada na versão torrado e moído e, posteriormente, solúvel, que acabou conquistando pela sua qualidade amplas faixas de consumidores não só no Brasil, mas no mundo, estando presente hoje em mais de 50 países.

Em 1982, ocorreu a segunda grande ampliação do parque industrial, visando a fabricação de café solúvel aglomerado e a melhoria do fluxo operacional de produção.

Em 2000, perfeitamente integrada com as tendências do mercado e seguindo sua vocação de atuar de forma mais expressiva no setor externo, a Cacique inaugurou nova fábrica para produção de café solúvel liofilizado.

Graças à ação pessoal do seu fundador, Horácio Sabino Coimbra, a Companhia Cacique de Café Solúvel foi a primeira a introduzir o café solúvel na ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS e nos países de leste europeu.

A Companhia Cacique de Café Solúvel vem permanentemente diversificando o destino das suas exportações, alcançando os 5 continentes, sendo que a metade de seus embarques ao exterior é de café embalado, pronto para o consumo final, preponderantemente com a marca Café Pelé.

6.4. Data de registro na CVM: 20.07.1977

6.5. Principais eventos societários:

A Companhia descreve, abaixo, os principais eventos societários pelos quais tenha passado a própria Companhia, ou qualquer de suas controladas ou coligadas, nos três últimos exercícios sociais:

6.5.1. Ano de 2007

a. Evento: Incorporação de sociedade por sociedade controlada.

b. Principais condições do negócio: No dia 12.06.2007, através da Ata da 261ª Reunião do Conselho de Administração, foi autorizada a Diretoria da Companhia a adotar todas as providências necessárias para a incorporação da sociedade unipessoal denominada Chelsea Consultoria e Investimentos Lda., com sede na Ilha da Madeira, Avenida Arriaga nº 77, Edifício Marina Forum, 5º andar, Sala 501, Freguesia da Sé, Funchal pela sua controlada no exterior Cacique International Limited, com endereço na Palm Chambers nº 197 Main Street, Road Town, VG 1110, Tortola, British Virgin Islands.

No dia 15.08.2007 foi emitido o Certificado de Incorporação pelos órgãos das Ilhas Virgens Britânicas.

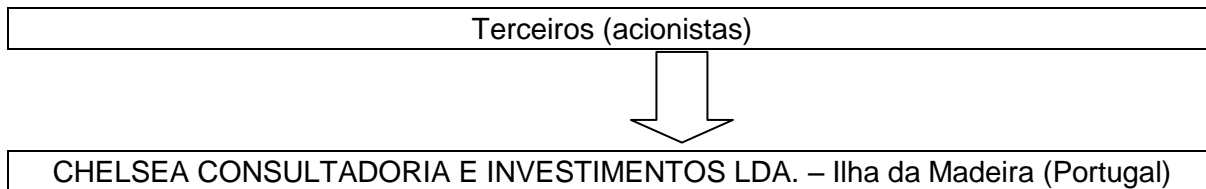
c. Sociedades envolvidas: Sociedade Incorporada – Chelsea Consultoria e Investimentos Lda.;

Sociedade Incorporadora - Cacique International Limited – controlada no exterior da Companhia.

d. Efeitos no quadro societário: Não aplicável. A Companhia não teve alteração em seu quadro societário com a incorporação de sociedades no exterior por sua controlada, também, sediada no exterior.

e. Quadro societário antes e depois:

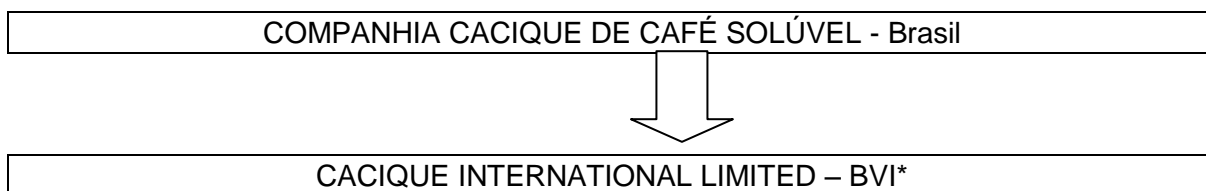
e.1. Antes – Sociedade Incorporada:



Antes – Sociedade Incorporadora:



e.2. Depois:



* Já com a incorporação da sociedade Chelsea Consultadoria e Investimentos Ltda. que deixou de existir.

6.5.2. Ano de 2008

a. Evento: Aquisição de participação acionária relevante pela controladora Horácio Sabino Coimbra – Comércio e Participações Ltda., inscrita no CNPJ/MF nº 59.359.364/0001-05.

b. Principais condições do negócio: No dia 22.07.2008, envio de Comunicado ao Mercado de Aquisição de participação acionária relevante em operações no mercado de capitais – Bolsa de Valores de São Paulo BOVESPA, no total de 256.700 ações ordinárias da Companhia. O Comunicado ao Mercado foi encaminhado via sistema IPE CVM sob o protocolo nº 170913, e reenviado sob o nº 171666.

c. Sociedades envolvidas: Sociedade Controladora – Horácio Sabino Coimbra – Comércio e Participações Ltda.
Sociedade emissora – Companhia Cacique de Café Solúvel

d. Efeitos no quadro societário: Não teve alteração do quadro societário da Companhia, na medida em que a aquisição de participação acionária relevante deu-se pela sociedade controladora.

e. *Quadro societário antes e depois:*

e.1. *Antes – Sociedade Controladora (alteração somente no número de ações)*

Horácio Sabino Coimbra – Comércio e Participações:

Quantidade de Ações Ordinárias: 5.005.652 OE.

Quantidade de Ações Preferenciais: 4.722.152 PN.

e.2. *Depois – Sociedade Controladora (alteração somente no número de ações)*

Horácio Sabino Coimbra – Comércio e Participações:

Quantidade de Ações Ordinárias: 5.262.352 OE.

Quantidade de Ações Preferenciais: 4.722.152 PN.

6.5.3. Ano de 2008

a. *Evento:*

Aquisição de participação acionária relevante pela controladora Horácio Sabino Coimbra – Comércio e Participações Ltda., inscrita no CNPJ/MF nº 59.359.364/0001-05.

b. *Principais condições do negócio:* No dia 28.08.2008, envio de Comunicado ao Mercado de Aquisição de participação acionária relevante em operações no mercado de capitais – Bolsa de Valores de São Paulo BOVESPA, no total de 117.200 ações preferenciais da Companhia. O Comunicado ao Mercado foi encaminhado via sistema IPE CVM sob o protocolo nº 174874, e reenviado sob o nº 175762.

c. *Sociedades envolvidas:*
Comércio e Participações Ltda.

Sociedade Controladora – Horácio Sabino Coimbra –

Sociedade emissora – Companhia Cacique de Café

Solúvel

d. *Efeitos no quadro societário:* Não teve alteração do quadro societário da Companhia, na medida em que a aquisição de participação acionária relevante deu-se pela sociedade controladora.

e. *Quadro societário antes e depois:*

e.1. *Antes – Sociedade Controladora (alteração somente no número de ações)*

Horácio Sabino Coimbra – Comércio e Participações*:

Quantidade de Ações Ordinárias: 5.265.857 OE.

Quantidade de Ações Preferenciais: 4.876.652 PN.

* As diferenças nas quantidades de ações ordinárias e preferenciais com relação àquelas indicadas no item 6.5.2 é em razão de aquisições não relevantes efetuada pela sociedade controladora, motivo pelo qual não houve divulgação de tais operações ao mercado.

e.2. Depois – Sociedade Controladora (alteração somente no número de ações)

Horácio Sabino Coimbra – Comércio e Participações:

Quantidade de Ações Ordinárias: 5.265.857 OE.
Quantidade de Ações Preferenciais: 4.993.852 PN.

6.5.4. Ano de 2010

a. Evento: Aquisição de participação acionária relevante pela controladora Horácio Sabino Coimbra – Comércio e Participações Ltda., inscrita no CNPJ/MF nº 59.359.364/0001-05.

b. Principais condições do negócio: No dia 21.05.2010, envio de Comunicado ao Mercado de Aquisição de participação acionária relevante em operações no mercado de capitais – Bolsa de Valores de São Paulo BOVESPA, no total de 3.724.800 ações preferenciais da Companhia. O Comunicado ao Mercado foi encaminhado via sistema IPE CVM sob o protocolo nº 247214, e reenviado sob o nº 247528.

c. Sociedades envolvidas: Sociedade Controladora – Horácio Sabino Coimbra – Comércio e Participações Ltda.
Sociedade emissora – Companhia Cacique de Café Solúvel

d. Efeitos no quadro societário: Não teve alteração do quadro societário da Companhia, na medida em que a aquisição de participação acionária relevante deu-se pela sociedade controladora.

e. Quadro societário antes e depois:

e.1. Antes – Sociedade Controladora (alteração somente no número de ações)

Horácio Sabino Coimbra – Comércio e Participações*:

Quantidade de Ações Ordinárias: 5.402.633 OE.
Quantidade de Ações Preferenciais: 5.036.883 PN.

** As diferenças nas quantidades de ações ordinárias e preferenciais com relação àquelas indicadas no item 6.5.3 é em razão de aquisições não relevantes efetuada pela sociedade controladora, motivo pelo qual não houve divulgação de tais operações ao mercado.*

e.2. Depois – Sociedade Controladora (alteração somente no número de ações)

Horácio Sabino Coimbra – Comércio e Participações:

Quantidade de Ações Ordinárias: 5.402.633 OE.
Quantidade de Ações Preferenciais: 8.761.683 PN.

6.6. Pedidos de falência fundados em valor relevante e pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial:

Não aplicável. A Companhia não teve pedido de falência e/ou pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial.

6.7. Outras informações relevantes:

Não aplicável. A Companhia não tem outras informações relevantes a destacar neste item.

7. ATIVIDADES DA COMPANHIA

7.1. Descrição sumária das atividades desenvolvidas pela Companhia e suas controladas:

A unidade de café solúvel da Cacique, localizada na cidade de Londrina, Paraná, é uma das maiores unidades de produção de café solúvel do mundo, com uma capacidade de produção de 70 toneladas dia. O processo de produção é certificado pela NBR ISO 9001-2008 e os produtos são exportados para mais de 76 países nos 5 continentes. A companhia possui capacidade tecnológica para adequar o sabor e o aroma do café ao padrão de qualidade de cada país, comercializa cerca de 30 variedades entre aglomerado, spray e liofilizado. Além do café solúvel, a unidade também produz óleo de café para a indústria de essências e extrato de café, especialmente consumido pelo mercado japonês na fabricação de bebidas prontas.

A unidade de torrado e moído, localizada em Barueri, São Paulo, a empresa produz e comercializa café torrado e moído, grãos para café expresso, café solúvel e os produtos da linha matinal, além de fornecer café e cappuccino para marcas próprias. A unidade recebeu em 2005 o prêmio de melhor nota global das instalações no Brasil. A fábrica que foi remodelada no final dos anos 90, é uma das mais modernas torrefações de café do Brasil.

A unidade de sacaria de polipropileno é especializada na produção de sacos, tecidos, e fitas em fios sintéticos de polipropileno. Sua unidade industrial em Londrina, com certificação ISO 9001-2008, atende a diversos mercados: grãos, café solúvel, farinhas, farelos, sementes, rações e produtos frigorificados.

Em relação a nossa controlada, Cacique Agrícola S/A, os objetivos da sociedade são a exploração da atividade agrícola, agro-industrial, florestamento, reflorestamento, pecuária, haras, atividade imobiliária e exportação de bens e produtos inerentes às suas atividades sociais.

7.2. Em relação as cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações consolidadas, indicar as seguintes informações

A) PRODUTOS E SERVIÇOS COMERCIALIZADOS

Os principais produtos comercializados pela Companhia são Café Solúvel (Granulado, em pó, liofilizado), café torrado de moído (tradicional, Extra forte, gourmet, descafeinado, superior, special edition), café torrado em grão, Cappuccino (tradicional, canela, diet.,

shake), café com leite, chocolate com leite) e sacos, tecidos e fitas em fios sintéticos de polipropileno.

B) RECEITA PROVENIENTE DO SEGMENTO E SUA PARTICIPAÇÃO NA RECEITA LÍQUIDA DO EMISSOR

Segmento	Receita Operacional Líquida 2009	% Part. 2009	Receita Operacional Líquida 2008	% Part. 2008	Receita Operacional Líquida 2007	% Part. 2007
Alimentos	126.425	29,41%	118.395	24,84%	108.795	27,61%
Embalagens	28.431	6,61%	35.126	7,37%	38.501	9,77%
Solúvel	272.736	63,44%	321.867	67,53%	245,582	62,32%
Agrícola	2.342	0,54%	1.256	0,26%	1.183	0,30%
Total	429.934	100%	476.644	100,%	394.061	100%

C) LUCRO OU PREJUÍZO RESULTANTE DO SEGMENTO E SUA PARTICIPAÇÃO NO LUCRO LÍQUIDO DO EMISSOR

A Companhia não calcula o resultado por segmento em que atua, pois existem algumas contas que constam na Demonstração do Resultado do Exercício e que são calculadas de forma consolidada.

7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

A) CARACTERÍSTICA DO PROCESSO DE PRODUÇÃO

Divisão Solúvel

O café verde arábico e conilon, após preparada as ligas e liberado pelo controle de qualidade, é alimentado nos torradores, onde se desenvolvem os aromas. O café torrado e granulado é alimentado em colunas de extração, nas quais se removem os sólidos solúveis por meio de água quente sob pressão. O extrato obtido é resfriado, clarificado em centrífugas, concentrado para remoção parcial da água e atomizado em secadores (Spray Dried) ou desidratado por processo de congelamento e sublimação (Freeze Dried).

Produção Anual

Ano	Produção ton.	Capacidade instalada ton.
2007	18.566	27.300
2008	19.636	27.300
2009	18.993	27.300

A tecnologia utilizada pela Cacique, nos processos Spray Dried é de origem Dinamarquesa com desenvolvimentos tecnológicos próprios, os equipamentos possuem idade média entre 15 a 20 anos e estão 72,46% depreciados.

Na fábrica de Freeze Dried, inaugurada em 2000, com capacidade de 2.100 ton/ano, a tecnologia de última geração, também possui origem dinamarquesa e seus equipamentos estão 85,10% depreciados.

Em 2009 a Cacique foi responsável por 26,1% das exportações brasileiras de café solúvel.

O processo de produção não gera risco de paralisação e existe cobertura de seguro para equipamentos, instalações prediais, produtos acabados, matéria prima e itens de almoxarifado.

A empresa é certificada pela ISO 9001 versão 2008 e APPCC, pela SGS, sendo auditada à cada 6 meses para manutenção da certificação. A empresa também é certificada para produção de café orgânico pelo IBD (Instituto de Bio Dinâmica), Comércio Justo pela Fair Trade Labelling Organization (FLO), Comercialização para a Rússia (Rostest), Associação Israelita de Beneficência Beit Chabad do Brasil (Kosher Passover) e CIBAL Central Islâmica Brasileira de Alimentos (HALAL).

Divisão Alimentos

São utilizados diversos tipos de café crú, que são colocados em silos separados por qualidade. Na parte inferior desses silos, existe uma conexão, onde são misturados os cafés, formando um “**blend**”. Esse blend, é transportado através de tubulações, para os torradores. Após os grãos serem torrados, são transportados para o setor de moagem, onde, depois da moagem, são enviados para o setor de empacotamento. A partir daí, o produto segue para o estoque de produto acabado, de onde sairá para atender os postos de vendas. Todo o processo produtivo acima descrito, é totalmente automatizado.

Produção Anual

Ano	Produção Total – Toneladas	Capacidade Instalada
2007	15.787	17.160
2008	17.101	17.160
2009	19.247	19.278

O parque fabril da unidade de torrado e moído utiliza tecnologia 100% nacional, e nesse ano de 2009, foram utilizados 99% de sua capacidade industrial instalada na produção de café torrado e moído, por um turno de serviço. A depreciação até dezembro de 2009, ficou em 57,02%.

Toda a fábrica está coberta por seguro, inclusive os estoques. O processo de produção não gera risco de paralisação..

Divisão Embalagens

A resina em sua forma sólida, é colocada na extrusora, equipamento que irá derretê-la e transformá-la em um filme plástico. Este filme é cortado em diversas tiras (ráfias). As ráfias são bobinadas e colocadas nos teares, que irão tecer o tecido. Posteriormente o tecido é enrolado em bobinas, submetido às impressoras. Após impresso, o tecido é cortado e costurado formando o produto final, que é o saco.

Produção Anual

Ano	Produção Total – Toneladas	Capacidade Instalada
2007	5.289	5.345
2008	4.729	5.345
2009	4.079	5.345

Neste ano de 2009, foi utilizada 76% de sua capacidade instalada, na produção dos produtos, sendo que seus principais equipamentos estão com uma vida média de cinco anos, e um percentual aproximado de depreciação , na faixa de 77,31%.

Toda a fábrica está coberta por seguro, inclusive os estoques e a frota de veículos.

Os riscos que podem paralisar a produção, são aqueles que fogem do controle da empresa, como queda de fornecimento de energia (Blecaute). Como as linhas de produção operam com máquinas independentes uma das outras, não há risco de paralisação.

B) CARACTERÍSTICA DO PROCESSO DE DISTRIBUIÇÃO

Nossos produtos são distribuídos em todo território nacional através de transportes terrestres, podendo ser através de frota própria ou por terceiros (autônomos e transportadoras). Para o mercado externo, os produtos são enviados por via marítima.

C) CARACTERÍSTICAS DOS MERCADOS DE ATUAÇÃO, EM ESPECIAL:

i. PARTICIPAÇÃO EM CADA UM DOS MERCADOS

CONTINENTE	2009/TON	%	2008/TON	%	2007/TON	%
América do Norte	6.591	38,7	5.794	31,9	5.055	30,0
América do Sul	101	0,6	127	0,7	107	0,6
Europa	5.874	34,2	7.713	42,5	9.048	53,7
Ásia	3.690	21,5	4.225	23,3	2.367	14,1
Oceania	577	3,4	66	0,4	76	0,4
África	266	1,6	213	1,2	198	1,2
Total	17.099	100	18.138	100	16.851	100

ii. CONDIÇÕES DE COMPETIÇÃO NOS MERCADOS:

No ano de 2009 a Companhia aumentou sua participação no total exportado, saindo em 2008 de 23% do total para 26,1% em 2009. Segue abaixo demonstrativo de como se comportaram as exportações brasileiras de café solúvel no ano de 2009.

Exportadores	Toneladas	% Participação
Cacique	17.099	26,1%
Outras Empresas	48.435	73,9%
Total	65.534	100,00%

Principais concorrentes Divisão Solúvel:

- Nestlé
- Iguaçú
- Cocam
- Realcafé

Principais concorrentes Divisão Alimentos:

- Saralee Cafés do Brasil Ltda.
- Mitsui Alimentos Ltda.
- Melitta do Brasil Ind. e Com. Ltda.

Principais Concorrentes Divisão Embalagens:

- Zaraplast S/A.
- Sacoplast Sacos Plásticos do Nordeste
- Fiabesa – Fiação Águas Belas S/A.
- Textil Oeste Embalagens e Tecidos de Polipropileno
- Polijuta Indústria e Comércio de Embalagens Ltda.

D) EVENTUAL SAZONALIDADE

Divisão Solúvel:

Tradicionalmente, nosso volume de vendas tem sido maior no segundo semestre de cada ano, tendo em vista dois fatores básicos:

Entressafra: A entressafra do café cru, nossa principal matéria-prima, compreende o período de Janeiro a Junho de cada ano. Na entressafra, o preço dessas commodities sobe no mercado brasileiro, fazendo com que nossos preços fiquem altos, em relação aos concorrentes externos, que não tem entressafra nesse período.

- Verão europeu: O consumo de café solúvel tende a cair no mercado europeu, por ocasião do verão; como esta estação ocorre na metade de cada ano, é natural que haja uma redução no volume de pedidos no primeiro semestre de cada ano.

Nossos volumes tendem a ser maiores no segundo semestre, quando as empresas, principalmente do Leste Europeu, aumentam suas compras, a fim de estocar para o inverno europeu.

Divisão Alimentos:

Como a Divisão Alimentos opera com 100% de sua capacidade instalada, para um turno de serviço, sendo possível aumentar a produção com a instalação de outros turnos, não encontramos nesta divisão, os efeitos da sazonalidade.

Divisão Embalagens

Nesses anos de 2007/2008/2009, a Divisão Embalagens, não foi afetada pelos efeitos da sazonalidade.

E) PRINCIPAIS INSUMOS E MATERIAS PRIMAS, INFORMANDO

i: DESCRIÇÃO DAS RELAÇÕES MANTIDAS COM FORNECEDORES, INCLUSIVE SE ESTÃO SUJEITAS A CONTROLE OU REGULAMENTAÇÃO GOVERNAMENTAL, COM INDICAÇÃO DOS ÓRGÃOS E DA RESPECTIVA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Conforme prática utilizada no mercado, a companhia não se utiliza de acordos que geram a obrigação de exclusividade com determinado fornecedor, pois dessa maneira a Companhia tem a liberdade de contratar o fornecedor que ofereça produtos com maior qualidade e melhor preço. Todos os nossos fornecedores estão sujeitos a órgãos de fiscalização, e respectivas legislações que se aplicam na jurisdição na qual operam.

ii. EVENTUAL DEPENDÊNCIA DE POUCOS FORNECEDORES

A Companhia conta com uma grande quantidade de fornecedores, não correndo riscos quanto à concentração das compras em um pequeno número de fornecedores.

iii. EVENTUAL VOTALIDADE EM SEUS PREÇOS

O preço de venda dos produtos da Companhia vai depender do preço de compra da matéria-prima necessária à produção (principalmente o café cru).

7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

Não Há

7.5. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente

Não Há

7.6. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

A) RECEITA PROVENIENTE DOS CLIENTES ATRIBUÍDOS AO PAÍS SEDE DO EMISSOR E SUA PARTICIPAÇÃO NA RECEITA LÍQUIDA TOTAL DO EMISSOR

A receita proveniente de clientes nacionais totaliza em R\$ 172.824 mil o que corresponde a 40,20% da receita total da companhia.

B) RECEITA PROVENIENTE DOS CLIENTES ATRIBUÍDOS A CADA PAÍS ESTRANGEIRO E SUA PARTICIPAÇÃO NA RECEITA LÍQUIDA TOTAL DO EMISSOR

País	Receita US\$	%
EUA	39.069.244,99	38,70
RUSSIAN FEDERATION	34.863.682,35	23,39
JAPAO1	4.740.262,98	10,07
	78.673.190,32	72,16

D) RECEITA TOTAL PROVENIENTE DE PAÍSES ESTRANGEIROS E SUA PARTICIPAÇÃO NA RECEITA LÍQUIDA TOTAL DO EMISSOR

A receita proveniente de clientes estrangeiros totaliza em R\$ 257.110 mil, o que corresponde a 59,80% da receita total da companhia

7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito á regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor

Não aplicável

7.8. Descrever relações de longo prazo relevantes do emissor que não figurem em outra parte desse formulário.

Não aplicável

7.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não aplicável

8. GRUPO ECONÔMICO

8.1. Descrição do grupo econômico em que se insere a Companhia:

a. Controladores diretos e indiretos: Direto – Holding Privado: Horácio Sabino Coimbra – Comércio e Participações Ltda.

Indireto – Família Coimbra: Espólio Maria Yolanda Cerqueira Cesar Coimbra; Cesário Coimbra Neto; Sergio Coimbra e Daniela Cerqueira Cesar Coimbra.

b. Controladas e coligadas: Controladas no Brasil – Cacique Agrícola S/A e Cacique S/A.

Controladas no Exterior – Cacique International Ltd. (BVI) e Cacique International USA (NY – USA).

c.Participações(%) da Companhia: Controladas no Brasil – Cacique Agrícola S/A – Participação direta em 100%; Cacique S/A – Participação direta em 100%.

Controladas no Exterior – Cacique International Ltd. (BVI) – Participação direta em 100%; Cacique International USA (NY – USA) – Participação indireta em 100%.

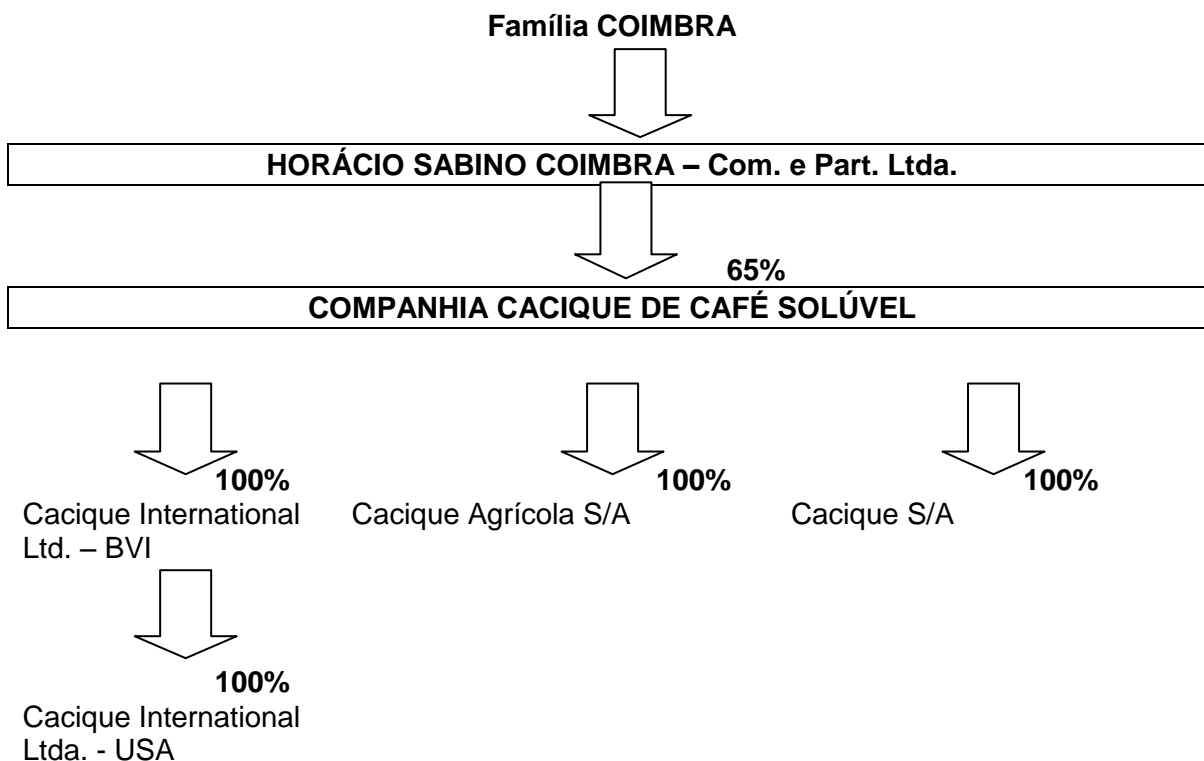
d.Participações de sociedades do grupo no emissor:

Não aplicável. Não há participações acionárias de sociedades do grupo na Companhia.

e.Sociedades sob controle comum:

Tendo em vista que as sociedades controladas no Brasil e no Exterior têm participação direta e indireta, no percentual de 100%, pela Companhia, todas as sociedades encontram-se sob o controle comum da Holding – Controle Direto e da Família Coimbra – Controle Indireto.

8.2. Organograma do grupo:



8.3. Operações societárias relevantes ocorridas no Grupo:

Dentre as operações societárias relevantes ocorridas no Grupo nos últimos três exercícios sociais tem-se àquelas já descritas no item 6.5 do presente Formulário de Referência, motivo pelo qual a Companhia expressamente ratifica o quanto lá consignado.

8.4. Outras informações relevantes:

Não há outras informações a serem indicadas.

9. ATIVOS RELEVANTES

9.1. Descrição dos bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia:

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia operava 9 plantas sendo 3 indústrias, 2 Armazéns, 1 comércio e 3 escritórios. Sendo que deste total, 6 são de propriedade da Companhia, e 3 são de propriedade de terceiros, operadas pela Companhia como locatária.

a. Ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando a sua localização:

A tabela abaixo apresenta as unidades da Companhia.

País	Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Aluguel
Brasil	Londrina	Paraná	Fábrica de Café	Fábrica de Café	Não
Brasil	São Paulo	São Paulo	Escritório	Escritório	Não
Brasil	Santos	São Paulo	Escritório	Escritório	Não
Brasil	Londrina	Paraná	Armazém I	Armazém	Sim
Brasil	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Comércio atacadista de café	Comércio atacadista de café	Não
Brasil	Londrina	Paraná	Fábrica de Têxteis	Fábrica de Têxteis	Não
Brasil	Barueri	São Paulo	Torrefação de Café	Torrefação de Café	Não
Brasil	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	Escritório	Escritório	Sim
Brasil	Londrina	Paraná	Armazém II	Armazém	Sim

Em 2005 foi efetuada reavaliação espontânea de bens do ativo imobilizado, suportada por laudo emitido pela empresa especializada SETAPE – Serviços Técnicos de Avaliações do Patrimônio e Engenharia S/C Ltda., de grande parte das unidades industriais da Companhia acrescida aos saldos do ativo imobilizado em contrapartida à rubrica reserva de reavaliação e da provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da reserva de reavaliação é de R\$ 21.710 mil e a provisão

para imposto de renda e contribuição social é de R\$ 4.225 mil. Para as reavaliações acrescidas ao ativo imobilizado foi registrada depreciação acumulada no montante de R\$ 390 mil.

b. Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, informando:

Marcas

“CACIQUE”

Produtos: Café, Cappuccino, Chá, Café Solúvel *freeze dried*, Café Solúvel, Café Torrado e Café Moído

Modalidades: Cappuccino Cacique - Mista; Figurativa; Mista; Nominativa e Mista (Rótulo)

- i. **duração:*** Há vários períodos de duração, tendo em vista a data do pedido de registro. Os períodos de vencimento encontram-se entre os anos de 2011 à 2023.
- ii. **território atingido:*** Brasil, Alemanha, Argélia, Armênia, Austrália, Belarus, Cazaquistão, China, Coréia do Sul, Egito, Estônia, Grécia, Hong Kong, Irã, Itália, Japão, Letônia, Lituânia, Marrocos, Moldávia, Paraguai, Reino Unido, Rússia, Singapura, Suíça, Tunísia, Turcomenistão, Turquia, Ucrânia, Uzbequistão.
- iii. **eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos:*** Não aplicável, na medida em que não há eventos que possam causar a perda do direito da marca que tem o mesmo nome da Companhia.
- iv. **possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor:*** Não aplicável em razão da resposta ao “item iii” acima.

“PELÉ”

Produtos: Café, Cappuccino, Café Solúvel *freeze dried*, Café Solúvel, Café Torrado e Café Moído

Modalidades: Nominativa e Mista (Rótulo)

- i. **duração:*** Há vários períodos de duração, tendo em vista a data do pedido de registro. Os períodos de vencimento encontram-se entre os anos de 2011 à 2023.

- ii. território atingido:** Brasil, Alemanha, Argélia, Armênia, Belarus, Benelux, Bulgária, Cazaquistão, Chipre, Dinamarca, Egito, Estônia, Finlândia, França, Geórgia, Grécia, Guiana, Hungria, Ilhas Fiji, Iraque, Irlanda, Itália, Letônia, Líbano, Líbia, Lituânia, Moldávia, Montenegro, Nigéria, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Eslovaca, República Tcheca, Romênia, Rússia, Sérvia, Suécia, Suíça, Suriname, Tadjiquistão, Trinidad e Tobago, Turcomenistão, Turquia, Ucrânia, Uzbequistão.
- iii. eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos:** Não aplicável, na medida em que a marca é de propriedade da Companhia.
- iv. possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor:** Não aplicável em razão da resposta ao “item iii” acima.

“CAFÉ TAMOYO”

Produtos: Café

Modalidades: Nominativa e Mista

- i. duração:** 2013.
- ii. território atingido:** Brasil.
- iii. eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos:** Não aplicável, na medida em que a marca é de propriedade da Companhia.
- iv. possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor:** Não aplicável em razão da resposta ao “item iii” acima.

“CAFÉ TROPICAL”

Produtos: Café

Modalidades: Nominativa e Mista

- v. duração:** Há vários períodos de duração, tendo em vista a data do pedido de registro. Os períodos de vencimento encontram-se entre os anos de 2014 à 2016.

- i.* **território atingido:** Brasil e Rússia.
- ii.* **eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos:** Não aplicável, na medida em que a marca é de propriedade da Companhia.
- iii.* **possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor:** Não aplicável em razão da resposta ao “item iii” acima.

Licenças

a) Licença de Produtos Químicos Controlados (alvará) – Polícia Civil

- i.* **duração:** 31/12/2010.
- ii.* **território atingido:** Unidades fabris da Companhia localizadas nos Estados do Paraná e de São Paulo.
- iii.* **eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos:** Não aplicável.
- iv.* **possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor:** Não aplicável em razão da resposta ao “item iii” acima.

b) Certificado de Vistoria – Polícia Civil

- i.* **duração:** 2011.
- ii.* **território atingido:** Unidades fabris da Companhia localizadas nos Estados do Paraná e de São Paulo.
- iii.* **eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos:** Não aplicável.
- iv.* **possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor:** Não aplicável em razão da resposta ao “item iii” acima.

c) Licença de Funcionamento – Atividades produtos químicos – Polícia Federal

- i.* **duração:** 2011.
- ii.* **território atingido:** Unidades fabris da Companhia localizadas nos Estados do Paraná e de São Paulo.
- iii.* **eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos:** Não aplicável.

iv. possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor: Não aplicável em razão da resposta ao “item iii” acima.

c. As sociedades em que a Companhia tenha participação, e a respeito delas informar: (i) denominação social; (ii) sede; (iii) atividades desenvolvidas; (iv) participação do emissor; (v) se a sociedade é controlada ou coligada; (vi) se possui registro na CVM; (vii) valor contábil da participação; (viii) valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários; (ix) valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil; (x) valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com

o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados; (xi) montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais; e (xii) razões para aquisição e manutenção de tal participação:

Denominação Social	Sede	Atividade	Participação	Controlada Coligada	Valor Contábil da Participação (Em reais mil)	Resultado de Equivalência (Em reais mil)	Dividendos Recebidos (Em reais mil)	
Cacique Agrícola S/A	Rua Horacio Sabino Coimbra, 100 - Jd. São Francisco - Londrina/PR	Agricultura	2009	100%	Controlada	2.669	311	1.223
			2008	100%		2.605	(9)	481
			2007	100%		8.640	(602)	-
Cacique International Ltd	Palm Chambers 197 Main Street Road Town, VG 1110, Tortola British Virgin Island	Comércio por Atacado e intermediários do comércio	2009	100%	Controlada	-	-	-
			2008	100%		-	-	-
			2007	100%		22.140	3.234	-
Cacique S/A	Rua Horacio Sabino Coimbra, 100 A - Jd. São Francisco - Londrina/PR	Fabricação de Café Solúvel	2009	100%	Controlada	10	-	-
			2008	100%		10	-	-
			2007	100%		10	-	-

9.2. Fornecer outras informações que a Companhia julgue importantes.

A empresa Cacique S/A, não teve nenhuma movimentação nos exercícios de 2007, 2008 e 2009.

De acordo com o Pronunciamento técnico CPC 02, controladas no exterior, devem ser tratadas como filiais ou como efetivas controladas conforme a essência econômica e não pela forma jurídica. Assim, as entidades que não possuem corpo administrativo próprio, autonomia administrativa, não contratam operações próprias, utilizarem a moeda da investidora como sua moeda funcional, e funcionarem, na essência, como extensão das atividades da investidora, devem normalmente ter, para fim de apresentação, seus ativos, passivos e resultados integrados às demonstrações contábeis da matriz no Brasil como qualquer outra filial, agência, sucursal ou dependência mantida no próprio país. Esse é o caso de nossa controlada Cacique International Ltd, que consideramos no ano de 2008, como filial da Companhia Cacique de Café Solúvel.

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

Os comentários presentes neste item refletem opiniões e análises da Diretoria da Companhia.

10.1. Comentário dos diretores:

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Em nossa opinião, a Companhia apresenta condições patrimoniais e financeiras adequadas para dar continuidade ao nosso processo de modernização e conclusão dos projetos de investimento, bem como cumprir com os compromissos assumidos perante terceiros. Esta condição está baseada na capacidade de geração de caixa de nossos negócios. Em linha com este fato, ressaltamos que a maior parte de nossas dívidas de curto e longo prazo estão atreladas a operações cambiais em contraponto a nossas expectativas de vendas e compromissos de exportação já firmados.

(b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações

O Capital Social, integralmente realizado, está representado por 24.948.000 ações, sendo 8.316.000 ordinárias e 16.632.000 preferenciais, sem valor nominal. As preferenciais sem direito a voto, gozam de preferência na distribuição de dividendos, não cumulativos, de 10% superiores às ordinárias.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

Os índices de liquidez total (ativo circulante mais realizável a longo prazo, dividido pelo passivo circulante mais exigível à longo prazo) no balanço consolidado foram de 1,18 (em 2009), 1,09 (em 2008) e de 1,78 (em 2007), demonstrando uma ótima capacidade de pagamento, ressaltando-se que os principais componentes do passivo circulante e não circulante, são representados por dívidas relacionadas com as operações de exportação da Companhia, estando as mesmas alinhadas com as previsões operacionais. A redução em 2009, em relação a 2007 deveu-se ao aumento de nosso Imobilizado, referente investimentos efetuados no período na construção de fábrica de café solúvel “freeze dried”, armazém de produtos acabados e silos graneleiros.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas pela Companhia

As principais fontes de financiamento da Companhia são representadas por Adiantamentos de Contratos de Câmbio de Exportação junto a instituições financeiras privadas no mercado nacional e por Pré-pagamentos de instituições financeiras e de clientes no exterior. As captações com instituições oficiais estão representadas por operações contratadas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) e Empréstimos do Governo Federal – Cédula de Crédito de Exportação.

Para informações sobre as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas pela Companhia, vide alínea (f) deste item 10.1.abaixo.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que a Companhia pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

As atividades operacionais da Companhia deverão continuar sendo financiadas, basicamente, por recursos de Adiantamentos de Contratos de Câmbio de Exportação – ACC. Não havendo previsão de novas captações para investimentos em ativos não circulantes.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

O índice de endividamento total (passivo circulante mais exigível a longo prazo, dividido pelo patrimônio líquido) no balanço consolidado foi de 0,87 (em 2009), 1,39 (em 2008) e 0,63 (em 2007), mostrando uma boa relação entre as dívidas e o patrimônio líquido, sendo a maior parte destas dívidas vinculada às vendas da Companhia. O maior nível de endividamento do ano de 2008 ocorreu pelo efeito da variação cambial ocorrida no quarto trimestre, devido a crise mundial que elevou a nossa dívida em reais frente ao dólar.

Os empréstimos, financiamentos e adiantamento de clientes são representados por captações objetivando o financiamento do capital de giro e estão sujeitos a juros fixos que variam de 2,25 a 6,75% a.a. e, quando captados em moeda estrangeira, sujeitos a variação cambial do dólar norte-americano, conforme detalhado a seguir:

Empréstimos de Curto Prazo

		Consolidado		
		2009	2008	2007
	Encargos			
<u>Moeda Nacional</u>				
FINAME – Banco do Brasil S/A.	6% a.a	2.369	1.425	1.407
Cédula de Crédito Exportação	6,75% a.a	20.325	10.058	10.102
Total Moeda Nacional		22.694	11.483	11.509
<u>Moeda Estrangeira</u>				
Adiantamento de Contrato de Câmbio	2,25% a 5,15%a.a	67.080	115.243	65.038
Pré - Pagamento de Exportação	2,80% a 2,81%a.a	23.744	508	-
Total Moeda Estrangeira		90.824	115.751	65.038
Total Empréstimos de Curto Prazo		113.518	127.234	76.547

a) Empréstimos de Longo Prazo

		Consolidado		
		2009	2008	2007
	Encargos			
<u>Moeda Nacional</u>				
FINAME – Banco do Brasil S/A.	6% a.a	2.214	1.305	725
Total Moeda Nacional		2.214	1.305	725
<u>Moeda Estrangeira</u>				
Pré Pagamento de Exportação – Banco Bradesco S.A.	3,65% e 6,33%a.a	16.977	65.797	11.668
Total Moeda Estrangeira		16.977	65.797	11.668
Total Empréstimos de Longo Prazo		19.191	67.102	12.393

ADIANTAMENTO DE CLIENTES

		Consolidado		
		2009	2008	
Adiantamento de Clientes				
No país		1.388	318	-
No Exterior		6.077	9.080	6.271
		7.465	9.398	6.271

(g) limites de utilização dos financiamentos já contratados.

Não há restrições nas utilizações de limites.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Seguem abaixo dados dos balanços patrimoniais consolidados. A seguir os comentários das principais variações nas contas do balanço patrimonial do Consolidado:

COMPANHIA CACIQUE DE CAFÉ SOLÚVEL
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Reais Mil)

A T I V O

	Consolidado		
	2009	2008	2007
CIRCULANTE	171.550	259.909	209.546
Caixa e Bancos	10.065	5.055	17.143
Aplicações Financeiras	-	-	10.669
Títulos e Valores Mobiliários	5.258	37.450	8.591
Contas a Receber de Clientes	44.389	56.808	32.487
Estoques	54.897	78.007	68.826
Créditos Fiscais	52.563	74.222	70.971
Valores a Receber - Controladas	-	-	-
Demais Contas a Receber	4.295	8.093	793
Despesas do Exercício Seguinte	83	274	66
NÃO CIRCULANTE	215.057	190.059	111.305
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	41.314	25.676	11.976
Títulos a Receber	17.306	1.985	2.935
Depósitos Judiciais	2.476	4.069	3.482
Créditos Fiscais	20.791	18.898	4.859
Outros Créditos	741	724	700
Investimentos	949	1.181	950
Imobilizado	170.742	161.242	96.269
Intangível	2.052	1.960	1.915
Diferido	-	-	195
TOTAL DO ATIVO	386.607	449.968	320.851

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Consolidado		
	2009	2008	2007
CIRCULANTE	144.629	182.547	100.008
Fornecedores	11.368	13.523	6.824
Empréstimos e Financiamentos	113.518	127.234	76.547
Adiantamentos de Clientes	7.465	9.398	6.271
Salários e Encargos Sociais	1.436	1.544	1.385
Impostos e Contribuições a Recolher	863	958	865
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	54	1.439	1.445
Dividendos Propostos	2.209	1.262	1.206
Valores a Pagar - Controladas	-	-	-
Provisão para Férias e Outras	3.712	3.653	3.577
Provisão para Imposto de Renda	1.263	-	29
Provisão para Contribuição Social	468	113	30
Obrigações para Instrumentos Financeiros	3	21.307	-
Demais Contas a Pagar	2.270	2.116	1.829
NÃO CIRCULANTE	35.035	79.071	24.474
Instituições Financeiras	19.191	67.102	12.393
Provisões para Contingências	5.146	6.769	5.907
Impostos Diferidos	10.698	5.200	6.174
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	206.943	188.350	196.369
Capital Social Realizado	160.000	147.000	130.000
Reservas de Reavaliação	17.485	17.875	18.967
Reservas de Lucros	29.461	35.388	47.402
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(3)	(11.913)	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	386.607	449.968	320.851

(h.1) Disponibilidades e aplicações

	Consolidado		
	2009	2008	2007
Aplicações Pré-Fixadas	4.852	30.062	5.353
Operações de Swap	406	426	456
Contratos a Termo – Dólar	-	6.962	-
Cédula de Propriedade Rural	-	-	2.782
	5.258	37.450	8.591

Houve redução nas aplicações pré-fixadas e contratos a termo de dólar devido à liquidação das operações e utilização destes recursos para amortização de financiamentos de curto prazo.

(h.2) Contas a receber de clientes

	Consolidado		
	2009	2008	2007
Contas a Receber de Clientes			
No país	30.957	19.601	20.692
No Exterior	13.765	37.551	12.351
	44.722	57.152	33.043
Provisão para Devedores Duvidosos			
No país	(333)	(344)	(556)
	(333)	(344)	(556)
	44.389	56.808	32.487

Houve crescimento decorrente do aumento de vendas no mercado interno e no mercado externo, houve uma redução em comparação com 2008 devido a operações de câmbio em aberto no encerramento do exercício, no total a redução foi considerada normal.

(h.3) Estoques

	Consolidado		
	2009	2008	2007
Produtos Acabados	18.992	20.991	20.151
Mercadorias para Revenda	2.376	16.186	23
Produtos em Elaboração	11.695	6.162	7.063
Matérias Primas	10.202	21.585	30.809
Insumos de Produção	7.131	8.987	7.080
Almoxarifado	4.123	3.942	3.482
Aplicações para Formação de Estoques	130	98	106
Outros Estoques	248	56	112
TOTAL	54.897	78.007	68.826

Os saldos de estoque sofreram uma redução em virtude principalmente do estoque de matéria prima, produtos acabados e mercadorias para revenda devido à gestão dos estoques com redução de nível de matéria prima e produtos acabados, tornando-os compatíveis com os compromissos assumidos.

(h.4) Impostos e contribuições a recuperar

a) Curto Prazo

	Consolidado		
	2009	2008	2007
Imposto de Renda a Compensar	571	1.929	5.926
ICMS a Compensar	25.649	37.940	35.162
(-) Provisão de Créditos Fiscais – ICMS	(2.167)	(1.714)	(3.244)
IPI a Compensar	1.923	1.843	1.629
CSLL a Compensar	78	902	2.085
PIS a Recuperar	4.372	5.678	5.655
COFINS a Recuperar	22.092	27.602	23.754
INSS a Recuperar	43	39	-
ISS a Recuperar	2	3	4
	52.563	74.222	70.971

b) Longo Prazo

	Consolidado		
	2009	2008	2007
I.R. e C.S.L.L. Diferidos	11.340	13.285	3.663
ICMS a Recuperar – Imobilizado	5.138	5.613	1.196
PIS a Compensar	916	-	-
COFINS a Compensar	3.397	-	-
	20.791	18.898	4.859

Os valores de PIS, COFINS e ICMS são provenientes basicamente das contribuições incidentes sobre as aquisições, no mercado interno, de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem empregados na fabricação dos nossos produtos, conforme os normativos legais vigentes. O acúmulo de créditos é decorrente de estar garantida ao exportador a manutenção desses créditos nas exportações de produtos e a sua compensação ou restituição. Os créditos de ICMS podem ser compensados tanto com os valores dos impostos devidos nas saídas tributadas quanto transferidos para outras Companhias, dentro do Estado do Paraná, desde que autorizado pelas autoridades fiscais. As práticas de mercado para transferência de créditos e de realização de impostos impõem um custo em determinadas operações. Sendo necessária a constituição de uma provisão para realização de seus créditos que provavelmente ocorrerão quando da negociação futura dos mesmos.

A diminuição observada no saldo de impostos a recuperar em 2009 em comparação ao ano de 2008 ocorreu, principalmente devido a restituição de PIS/COFINS autorizada pela Receita Federal do Brasil e do ICMS a Recuperar através de transferência a terceiros de crédito habilitados pela Secretaria da Fazenda do Paraná.

(h5.) Imobilizado

Os investimentos em projetos industriais, Pesquisa e Desenvolvimento totalizaram em 2009 R\$ 40,5 milhões, abaixo relacionamos os principais:

Projetos que estão sendo realizados em nosso Parque Fabril de Café Solúvel: 1) Construção de uma nova unidade de liofilização (Freeze Dried), com valor total de investimento na ordem de R\$ 80,1 milhões, entre 2008 e 2009 já foram consumidos R\$ 77,2 milhões destes recursos, o restante deverá ser consumido em 2010, sua capacidade de produção será de 4.000 toneladas, esta unidade deverá entrar em operação até julho de 2010. 2) Projeto de Armazenagem, este projeto totaliza R\$ 14,7 milhões, deste total já investimos em 2009 R\$ 10,2 milhões o restante deverá ser investido em 2010, e seu objetivo é concentrar todas as operações de logística dentro de nosso Parque Fabril, hoje são alugados armazéns para nossa unidade e com esta concentração teremos uma maior gestão e eficiência em nosso processo, estão sendo construídos 12 silos com capacidade total de 150.000 sacas de café cru, e um armazém de 5.000 metros quadrados para armazenamento de produto acabado e material de embalagens, todo sistema de café cru deverá ser automático a partir de sua entrada. 3) Construção de Subestação de Energia Elétrica para receber energia em 138 mil volts, este projeto totaliza 10,8 milhões, já foram consumidos 4,7 milhões, e o restante deverá ser investido no ano de 2010, com previsão de entrar em operação no início de 2011, este investimento proporcionará redução em nosso custo de energia elétrica.

Em nosso Parque Fabril de Torrado e Moído, um conjunto de ações foi realizado com o objetivo de atender as expectativas de crescimento do mercado interno para os próximos anos. No setor de torrefação, todos os torradores passaram por um processo de upgrade, adequando-os ao trabalho em três turnos. Já no setor de moagem, o investimento na aquisição de mais uma linha proporcionou um aumento de 20% na capacidade de produção em relação ao ano anterior. Consolidando as ampliações na área produtiva, expandimos nossa capacidade de armazenagem de produtos acabados em até 30%,

melhorando a eficiência logística. Investimentos em tecnologia e capacitação do pessoal também foram realizados para a consolidação do projeto de automação implantado, EGE - Eficiência Global do Equipamento, os quais foram fundamentais para a melhoria dos índices de eficiência de todo o processo produtivo. Concluindo as principais ações, foi instalada uma ETE – Estação de Tratamento de Esgoto, demonstrando nossa preocupação com o meio ambiente. O total de investimentos foi de R\$ 1,8 milhão.

(h.6) Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo

Ver comentários no item 10.1 f

(h.7) Capital Social

A variação no total do capital social de R\$ 147.000 mil (em 2008) para R\$ 160.000 mil (em 2009) foi decorrente da capitalização de R\$ 13.000 mil utilizando parte do saldo da reserva de retenção de lucros para expansão deliberada na assembléia.

(h.12) Reservas de lucros

A diminuição no saldo de reservas de lucros de R\$ 35.388 mil, em 2008, para R\$ 29.461 mil, em 2009 foi, principalmente, devido: (a) capitalização de R\$ 13.000 mil, conforme mencionado anteriormente; e, (b) proposta de constituição de reserva de retenção de lucros e reserva legal de R\$ 7.073 mil.

(h.13) Ajustes de conversão e avaliação patrimonial

Esta conta registra os efeitos de ajustes de contas patrimoniais que não transitam pelo resultado até que os efeitos sejam efetivamente incorridos; tem caráter temporário e foi introduzida nas demonstrações financeiras a partir de 2008 tendo em vista as novas práticas contábeis adotadas no Brasil. Por não ser uma reserva, não é considerada nos cálculos de limites de reservas em relação ao capital social, bem como na distribuição de dividendos. O saldo desta rubrica em 2009 é de R\$ 3 mil negativos, devido a redução da exposição a derivativos da Cia.

10.2. Comentário dos diretores sobre:

a. Resultados das operações.

Segue abaixo comparação dos resultados operacionais nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	Consolidado		
	2009	2008	2007
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	473.251	516.572	435.167
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(43.317)	(39.928)	(41.106)
Impostos	(34.905)	(33.437)	(33.407)
Devoluções e Abatimentos	(8.412)	(6.491)	(7.699)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	429.934	476.644	394.061
CUSTO DAS VENDAS	(342.908)	(366.742)	(328.021)
LUCRO BRUTO	87.026	109.902	66.040
DESPESAS OPERACIONAIS	(68.554)	(110.609)	(57.758)
Com Vendas	(40.557)	(40.487)	(36.227)
Gerais e Administrativas	(22.464)	(22.337)	(21.041)
Honorários da Administração	(5.836)	(7.843)	(7.485)
Despesas Financeiras	(66.299)	(68.801)	(3.492)
Receitas Financeiras	70.066	30.995	15.800
Outras Despesas Operacionais	(3.464)	(2.136)	(5.313)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	18.472	(707)	8.282
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	18.472	(707)	8.282
Contribuição Social sobre o Lucro	(904)	(1.673)	(652)
Imposto de Renda	(2.131)	(3.079)	(1.757)
Imposto de Renda e C.S.L.L. Diferidos	(6.545)	9.623	(3.004)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8.892	4.164	2.869

i. descrição dos componentes importantes da receita:

A Companhia ao longo de 2009 mostrou uma grande eficiência em sua gestão, apurando resultados consistentes diante de um cenário global apontando para uma queda substancial do nível de atividade das principais economias, impactando na produção, consumo e emprego.

Mesmo com todas essas adversidades direcionando para um cenário desafiador, a Companhia apresentou no referido ano, Lucro Consolidado antes do Imposto de Renda na ordem de R\$ 18,5 milhões, em 2008 este resultado foi negativo em R\$ 707 mil, o resultado Consolidado Líquido do Exercício foi de R\$ 8,9 milhões, contra R\$ 4,2 milhões de 2008, aumento de 113%.

O quadro abaixo mostra como se comportaram as exportações brasileiras de café solúvel no ano de 2009:

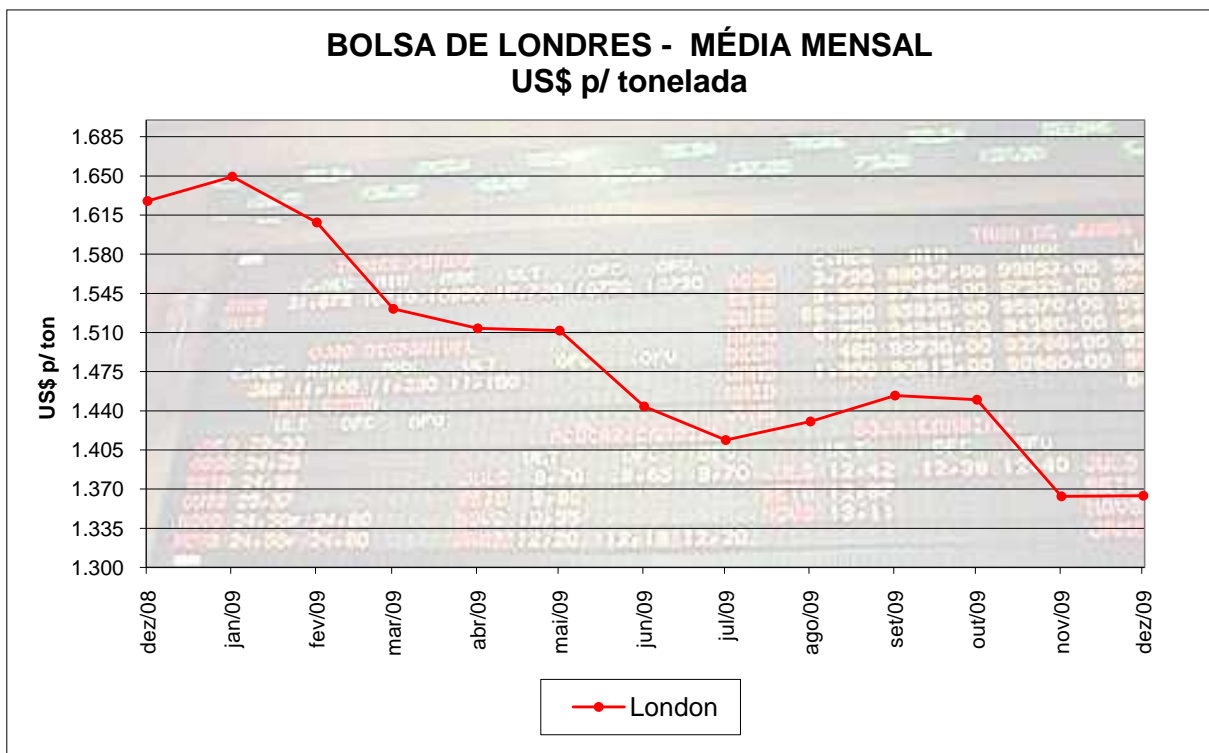
EXPORTADORES	2009		2008	
	TONELADA	% PART.	TONELADA	% PART.
CACIQUE	17.099	26,1%	17.835	23,0%
OUTROS	48.435	73,9%	59.750	77,0%
TOTAL	65.534*	100,0%	77.585	100,0%

Fonte: ABICS

*Estimativa

Podemos notar que em 2009 a Companhia aumentou sua participação no total exportado, saindo em 2008 de 23% do total, para 26,1% em 2009, e, enquanto o setor mostrou um decréscimo das exportações na ordem de 15,5% a Cacique foi afetada em apenas 4,1%.

O valor total de exportação foi de US\$ 127,4 milhões em 2009, contra US\$ 151,4 milhões em 2008, a queda no faturamento foi motivada basicamente pela redução dos preços de nossa principal commodity (café cru robusta) no mercado internacional em aproximadamente 18%, conforme podemos notar no gráfico abaixo, forçando os preços do café solúvel para baixo



O faturamento de Café Pelé torrado e moído no mercado interno teve um incremento de 7,46%, R\$ 160,5 milhões em 2009 contra R\$ 149,3 milhões em 2008, quando comparamos o volume, este incremento foi de 11,08%, 18.537.674 kg em 2009 e 16.688.925 kg em 2008, conforme informações da ABIC (Associação Brasileira da Indústria de Café), o mercado cresceu 4,16%, crescemos 2,6 vezes a mais que o mercado.

O faturamento de sacaria de polipropileno no mercado interno teve um decréscimo de 18,7% R\$ 35,6 milhões em 2009, contra R\$ 43,9 milhões em 2008, quando comparamos o volume, este decréscimo foi de 12,46%, 4.014.538 kg em 2009 e 4.585.828 kg em 2008, conforme a AFIPO (Associação Brasileira dos Produtores de Fibras Poliolefinicas) o decréscimo do mercado foi de 7,3%. No início de 2009, reduzimos e readequamos nossa produção em 17%, devido à queda da comercialização, mantendo assim nossas margens de rentabilidade.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

A receita líquida de vendas, consolidada, em 2009, em relação à de 2008 foi 9,8% inferior, basicamente influenciado pela redução das exportações de café solúvel, motivado pela baixa da matéria prima no mercado internacional (conforme quadro item 10.2.i)

Lucro Bruto

A margem de lucro bruto em relação à receita líquida foi de 23,5% em relação ao ano de 2008, já em relação a 2009 foi de 20,2%. Esta redução decorreu devido ao preço interno de matéria prima não ter acompanhado a redução do mercado externo, pressionando os custos de produção.

(Despesas) e Receitas operacionais

Despesas com vendas e administrativas

As despesas com vendas em relação ao ano de 2008 subiram respectivamente apenas 0,17% e 0,56%, decorrente do esforço para redução de custos e despesas através de melhoria de produtividade e sinergia entre as divisões.

Despesas financeiras e receitas financeiras

O resultado financeiro líquido em 2009 foi afetado principalmente pelos efeitos da variação cambial líquida (variações passivas deduzidas das variações ativas). Essas variações cambiais são provenientes, fundamentalmente, de Adiantamentos de Contratos de Câmbio-ACC vinculados a contratos de exportação.

Lucro Líquido

Como consequência das diversas rubricas que compõe a demonstração do resultado o desempenho consolidado em 2009, 2008 pode ser assim resumido:

O lucro líquido de R\$ 8.892 mil, em 2009, representou 4,30% do patrimônio líquido consolidado e 2,07% do total da receita líquida de vendas. O melhor resultado de 2009 em relação ao de 2008, apesar da diminuição nas margens de lucro bruto, em relação à receita líquida foi decorrente da melhora do resultado financeiro em relação a 2008, tendo em vista a diminuição nas perdas com variação cambial.

O lucro líquido de R\$ 4.164 mil, em 2008, representou 2,21% do patrimônio líquido consolidado e 0,87% em relação à receita líquida de vendas. O resultado consolidado de 2008 foi prejudicado pela perda líquida de variação cambial, reflexos da forte desvalorização do Real frente ao Dólar sobre, fundamentalmente, os Adiantamentos de Câmbio de Exportação.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Vide nota 10.2.

10.3. Comentários dos Diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

(a) da introdução ou alienação de segmento operacional

No momento não há eventos que impactam futuramente nos resultados.

(b) da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável

(c) dos eventos ou operações não usuais

Não aplicável

10.4. Comentário dos Diretores sobre:

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras do exercício de 2009 foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (Lei 11.941/09), que têm por objetivo definir novos padrões de elaboração das demonstrações financeiras em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade. Em decorrência da adoção desta lei foram editados diversos pronunciamentos técnicos para a elaboração das demonstrações financeiras em obediência às novas regras em vigor. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória no 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios. As referidas alterações nas práticas contábeis que produziram efeitos na preparação ou na apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e no balanço patrimonial de abertura em 1 de janeiro de 2008, foram mensuradas e quando necessário registradas pela Companhia com base nos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários e Conselho Federal de Contabilidade.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Cacique optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Medida Provisória nº 449/08, por meio do qual as apurações do Imposto sobre a Renda (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da lei 11.638/07 e MP 449/08 (Lei 11.941/09) foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM nº 371.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houveram ressalvas e ênfases no parecer do auditor.

10.5. Os Diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

A Companhia tem como prática utilizar estimativas contábeis para a mensuração e reconhecimento de ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia e de suas Controladas. Dentro os itens sujeitos à estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a provisão para perdas no estoque; a provisão para perdas nos investimentos; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos conforme Instrução CVM nº 475/08, quando aplicáveis nas operações da Companhia. A Companhia tem por regra revisar suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Estas estimativas sempre levam em consideração as práticas contábeis adotadas no Brasil, como também as normas referentes aos pronunciamentos contábeis e outros normativos relacionados com a Companhia.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os Diretores devem comentar:

(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

Temos confiança na eficiência dos procedimentos e controles internos que adotamos para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das nossas demonstrações contábeis. Por essa razão, em nossa opinião, nossas demonstrações contábeis apresentam adequadamente o resultado de nossas operações e nossa situação patrimonial e financeira nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2008 e de 2007.

(b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não houve recomendações no parecer do auditor.

10.7. Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

(a) como os recursos resultante da oferta foram utilizados
Não aplicável.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios
Não aplicável.

10.8. Os Diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não mantém quaisquer operações que não estejam registrados em seu balanço patrimonial ou comentados em seus itens anteriores.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os Diretores devem comentar:

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável.

10.10. Os Diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Encontra-se em fase de finalização a construção de uma nova unidade de liofilização para sua planta fabril em Londrina-PR. Esta nova unidade apresentará maior eficiência energética e produtiva, o que permitirá o aumento

das vendas do produto “freeze-dried”, de maior valor agregado. O montante previsto para este investimento é de R\$ 80,1 milhões e teve início em de 2007, com previsão de conclusão no semestre de 2010.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos;

As fontes de financiamentos para investimentos estão representados por ACC – Adiantamento de Contrato de Câmbio e por recursos próprios.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos Investimentos

Não há previsão de desinvestimentos relevantes.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva

Não aplicável.

(c) novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

Não aplicável.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

Não aplicável.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados;

Não aplicável.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não aplicável.

11. PROJEÇÕES

11.1. Projeções e Estimativas:

a. objeto da projeção:

Não aplicável.

b. período projetado e o prazo de validade da projeção:

Não aplicável.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais ao seu controle:

Não aplicável.

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão:

Não aplicável.

11.2. Projeções sobre os últimos 3 exercícios sociais:

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas:

Não aplicável.

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções:

Não aplicável.

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas:

Não aplicável.

12. ASSEMBLÉIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

12.1. Estrutura administrativa

a. Atribuições de cada órgão e comitê:

A Companhia é administrada por um conselho de administração, composto por no mínimo 3 e no máximo 8 conselheiros, e por uma diretoria, formada por 2 diretores, com as seguintes denominações: 01 (um) Diretor Presidente e 01 (um) Diretor Superintendente.

Os conselheiros têm mandato 2 anos, sendo permitida a reeleição, e os diretores possuem mandato de 3 anos, sendo permitida a reeleição.

Os membros do Conselho de Administração, até no máximo 1/3 (um terço) poderão ser eleitos para cargos da Diretoria.

O Conselho Fiscal da Companhia é de funcionamento não permanente e não foi instalado na última Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de Abril de 2010.

Não há comitês instalados na Companhia.

Conselho de Administração

Compete ao Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social e sem prejuízo das demais competências atribuídas por lei:

- I. Fixar a orientação geral dos negócios da sociedade;
- II. Eleger e destituir os Diretores da Companhia, observado o disposto neste Estatuto;
- III. Fiscalizar a gestão dos diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e sobre quaisquer outros atos
- IV. Convocar as Assembléias Gerais nos casos previstos em lei e quando entender conveniente;
- V. Manifestar-se sobre os relatórios, propostas e contas da Diretoria;
- VI. Manifestar-se previamente sobre novos empreendimentos e ou atividades que visem ampliar ou modificar o objeto social;
- VII. Manifestar-se sobre a emissão e colocação de ações, bem como a forma e prazo de sua integralização, propostas pela Diretoria;
- VIII. Autorizar a alienação de bens imóveis, bem como a constituição de ônus reais;
- IX. Escolher e destituir os auditores independentes, fixando-lhes a remuneração;
- X. Estabelecer os critérios de distribuição de honorários mensais dos administradores quando fixados globalmente, bem com das participações nos lucros líquidos do exercício social, observado o disposto em lei;
- XI. Designar tarefas especiais aos Conselheiros e ou Diretores;
- XII. Deliberar sobre outras matérias cuja competência não esteja definida no Estatuto e não seja competência exclusiva da Assembléia Geral;
- XIII. Autorizar a aquisição de ações de emissão da sociedade para permanência em Tesouraria ou cancelamento, podendo aliená-las posteriormente obedecidas as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

O Conselho de Administração da Companhia não possui Regimento Interno.

Diretoria

A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais.

Compete à Diretoria:

- I. Cumprir e fazer cumprir as disposições legais, o Estatuto, as deliberações das Assembléias Gerais e do Conselho de Administração;
- II. Apresentar à Assembléia Geral Ordinária, com a manifestação do Conselho de Administração, o relatório, o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras de sua gestão;
- III. Contratar quaisquer empréstimos com órgãos governamentais e paraestatais, autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e particulares, bancos comerciais e de investimentos, estabelecimentos de créditos oficiais e privados; prestar caução, inclusive de títulos e direitos creditórios no caso de papéis não representativos de negócios inerentes aos objetos sociais, penhor de qualquer natureza e alienação fiduciária de bens móveis
- IV. Promover, quando autorizada pelo Conselho de Administração, a alienação de bens imóveis, bem como a constituição de ônus reais.

Para as atribuições específicas de cada diretor da Companhia, ver item 12.1(d) abaixo.

b. Data de instalação do Conselho Fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês:

Não aplicável. A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado, nem mesmo comitês internos específicos.

c. Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê:

Não aplicável, na medida em que não há outros órgãos e comitês internos específicos.

d. Atribuições e poderes individuais da Diretoria:

Nos termos do Estatuto Social, compete, especialmente:

Ao Diretor Presidente:

- I. Representação geral da sociedade;
- II. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- III. Manter a permanente coordenação entre a Diretoria e o Conselho de Administração;
- IV. Fixar as diretrizes das atividades industriais e de comercialização da controladora e controladas;
- V. Supervisionar a execução da política comercial da empresa; propor novos empreendimentos, aquisições, fusões e “joint-ventures”.

Ao Diretor Superintendente:

- I. Coordenar e supervisionar todas as atividades administrativo-financeiras;
- II. Planejar, coordenar e dirigir a execução do orçamento econômico e financeiro;
- III. Controlar a política global de investimentos da controladora e suas controladas, analisando os níveis de equilíbrio do orçamento econômico e financeiro;
- IV. Analisar a viabilidade econômico-financeira dos novos empreendimentos.

e. Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, dos comitês e da diretoria:

A Companhia não dispõe, no momento, de um mecanismo formal de avaliação do desempenho de cada órgão como um todo.

A companhia está, atualmente, analisando um processo de avaliação das melhores práticas de governança corporativa, inclusive, aquelas adotadas por outras sociedades, com o objetivo de desenvolver um mecanismo formal de avaliação do desempenho geral dos órgãos sociais.

Os diretores da Companhia são avaliados, anualmente, um pelo outro. A avaliação tem por objetivo verificar se foram atingidas as metas individuais pré-estabelecidas, todas relativas à performance da respectiva área e da Companhia.

Após a avaliação individual, os Diretores são, também, avaliados anualmente pelo Conselho de Administração de acordo com a performance da Companhia, avaliação realizada com base em critérios pré-estabelecidos.

Os membros do Conselho de Administração não são avaliados por um mecanismo formal.

12.2. Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais:

a. Prazos de convocação:

As Assembleias Gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 15 dias corridos de antecedência em primeira convocação, e 8 dias corridos de antecedência em segunda convocação.

b. Competências:

Compete, exclusivamente, aos acionistas da Companhia, reunidos em assembleia geral, nos termos do Estatuto Social e da Lei das Sociedades por Ações, deliberar sobre as seguintes matérias:

- reformar o Estatuto Social da Companhia, inclusive para alterar o objeto social;
- eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;
- fixar o número de membros do Conselho de Administração para o período;
- designar, entre os membros do Conselho de Administração eleitos, o Presidente e 02 Vice-Presidentes;
- fixar e/ou alterar o montante global ou individual dos honorários mensais dos membros do Conselho de Administração;
- tomar, anualmente, as contas dos administradores, e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- autorizar a emissão de debêntures, exceto as simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, cuja emissão pode ser autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia;
- suspender o exercício dos direitos do acionista;
- deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
- autorizar a emissão de partes beneficiárias;
- deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;
- autorizar os administradores a confessar falência e pedir concordata.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembléia geral estarão à disposição dos acionistas:

Endereços físicos: Sede: Rua Horácio Sabino Coimbra nº 100, Parque Industrial Horácio Sabino Coimbra, Londrina/PR, CEP 86072-360;
Endereço Administrativo: Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.900, 1º andar, conjunto 101, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04538-132.

d. Identificação e administração de conflitos de interesses:

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira. A esse respeito, a Lei das Sociedades por Ações prevê que o acionista não poderá votar nas deliberações da assembléia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da companhia.

A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a companhia as vantagens que tiver auferido.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto:

O Estatuto Social da Companhia determina que o acionista poderá ser representado nas Assembléias Gerais por procurador, nos termos da legislação vigente.

Assim, a Companhia não possui regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas assembléias gerais.

f. Formalidades necessárias para aceitação de instrumento de procuração outorgada por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico:

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o acionista pode ser representado na assembléia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado; na companhia aberta, como é o caso da Companhia, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

Para tomar parte na Assembléia Geral, o acionista que for representado por procurador deverá depositar na sede da Companhia, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, o instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. O procurador ou seu representante legal deverá comparecer à Assembléia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade.

A Companhia não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

g. Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembléias:

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembléias gerais.

h. Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembléias:

A Companhia não transmite ao vivo o vídeo e/ou o áudio das assembléias gerais.

i. Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas:

A Companhia não transmite ao vivo o vídeo e/ou o áudio das assembléias gerais. Não há, visto que até a presente data nunca foi solicitada à Companhia tal inclusão. A Companhia poderá atender tais solicitações, caso apresentadas e observadas às disposições legais e regulamentares, em cada caso específico.

12.3. Datas e jornais de publicação:

	Exercício social encerrado em 31.12.2007	Exercício social encerrado em 31.12.2008	Exercício social encerrado em 31.12.2009
Aviso aos acionistas – Comunicado de disponibilização das demonstrações financeiras	Publicações: 26, 27 e 28.03.2008. Jornais: Diário Oficial do PR; Jornal de Londrina/PR e Diário do Comércio de SP.	Publicações: 30 e 31.03.2009 e 01.04.2009. Jornais: Diário Oficial do PR; Jornal de Londrina/PR e Diário do Comércio de SP.	Publicações: 30 e 31.03.2010 e 01.04.2010. Jornais: Diário Oficial do PR; Jornal de Londrina/PR e Diário do Comércio de SP.
Convocação AGO que apreciou as demonstrações financeiras	Publicações: 11, 14 e 15.04.2008. Jornais: Diário Oficial do PR; Jornal de Londrina/PR e Diário do Comércio de SP.	Publicações: 13, 14 e 15.04.2009. Jornais: Diário Oficial do PR; Jornal de Londrina/PR e Diário do Comércio de SP.	Publicações: 14, 15 e 16.04.2010. Jornais: Diário Oficial do PR; Jornal de Londrina/PR e Diário do Comércio de SP.
Ata da AGO que apreciou as demonstrações financeiras	Publicação: 29.05.2008. Jornais: Diário Oficial do PR; Jornal de Londrina/PR e Diário do Comércio de SP.	Publicação: 26.05.2009. Jornais: Diário Oficial do PR; Jornal de Londrina/PR e Diário do Comércio de SP.	Publicação: 24.05.2010. Jornais: Diário Oficial do PR; Jornal de Londrina/PR e Diário do Comércio de SP.
Demonstrações Financeiras	Publicação: 09.04.2008. Jornais: Diário Oficial do PR; Jornal de Londrina/PR e Diário do Comércio de SP.	Publicação: 15.04.2009. Jornais: Diário Oficial do PR; Jornal de Londrina/PR e Diário do Comércio de SP.	Publicação: 14.04.2010. Jornais: Diário Oficial do PR; Jornal de Londrina/PR e Diário do Comércio de SP.

12.4. Regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração:

a. Frequências das reuniões:

O Conselho de Administração da Companhia é composto por no mínimo 3 e no máximo 8 membros efetivos, sendo todos acionistas, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembléia Geral, com mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição.

O Conselho de Administração reúne-se para deliberar sobre as matérias de competência exclusiva do órgão e indicadas no Estatuto Social da Companhia. As reuniões do Conselho de Administração são convocadas pelo Presidente ou por 04 (quatro) de seus membros, mediante carta, observando-se o prazo de convocação de 08 (oito) dias, acompanhada da Ordem do Dia relativa às matérias a serem discutidas. O quorum para a instalação e deliberação das reuniões do Conselho de Administração é de pelo menos 04 (quatro) de seus membros.

As reuniões do Conselho são presididas pelo Presidente ou por seu substituto, que convida um dos presentes para Secretário, sendo as deliberações aprovadas por maioria simples de voto, cabendo ao Presidente o voto adicional de qualidade e lavradas em forma de sumário ou por extenso, no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.

Ao Presidente do Conselho de Administração cabe, ainda, transmitir à Diretoria e à Assembléia Geral, conforme o caso, as deliberações tomadas nas reuniões, sendo também à sua atenção endereçadas todas as comunicações dirigidas ao Conselho de Administração.

b. Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrições ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho:

Não há quaisquer acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia.

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses:

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como administrador da Companhia, salvo dispensa da assembléia geral, aquele que tiver interesse conflitante com a sociedade.

A lei dispõe, ainda, que é vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e extensão do seu interesse. Não obstante, admite-se que o administrador contrate com a companhia em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a companhia contrataria com terceiros.

No que se refere especificamente aos administradores que também forem acionistas da Companhia, a Lei das Sociedades por Ações dispõe que o acionista não poderá votar nas deliberações da assembléia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que

concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da companhia.

A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a companhia as vantagens que tiver auferido.

12.5. Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem:

No Estatuto Social da Companhia não há qualquer cláusula compromissória que obrigue os conflitos existentes entre acionistas e entre acionistas e a Companhia a serem resolvidos no meio de arbitragem.

12.6. Administradores:

Membros do Conselho de Administração:

Nome (a)	Idade (b)	Profissão (c)	CPF/MF (d)	Cargo eleito ocupado (e)
Cesário Coimbra Neto	62 anos	Empresário	025.587.698-04	Cons. de Administração Presidente
Sergio Coimbra	57 anos	Empresário	646.938.138-34	Cons. de Administração Vice-Presidente
Daniela Cerqueira Cesar Coimbra	40 anos	Empresária	132.630.588-35	Cons. de Administração Vice-Presidente
Antonio Carlos Aparecido Ribeiro	61 anos	Técnico em contabilidade	189.413.628-49	Cons. de Administração
Antonio Paulino Martins	63 anos	Administrador de Empresas	330.466.118-20	Cons. de Administração
Sérgio Cândido Pereira	63 anos	Administrador de Empresas	118.751.608-25	Cons. de Administração

Nome (a)	Data de eleição (f)	Data da posse (g)	Prazo do Mandato (h)	Outros cargos exercidos na Companhia (i)	Indicação se eleito ou não pelo controlador (j)
Cesário Coimbra Neto	30.04.2009	04.05.2009	30.04.2011	Diretor Superintendente Diretor de Relação com Investidores	SIM
Sergio Coimbra	30.04.2009	04.05.2009	30.04.2011	Diretor Presidente	SIM
Daniela Cerqueira Cesar Coimbra	30.04.2009	04.05.2009	30.04.2011	Não exerce outros cargos	SIM
Antonio Carlos Aparecido Ribeiro	30.04.2009	04.05.2009	30.04.2011	Gerente Financeiro	SIM
Antonio Paulino Martins	30.04.2009	04.05.2009	30.04.2011	Diretor de Controladoria (Não estatutário)	SIM
Sérgio Cândido Pereira	30.04.2009	04.05.2009	30.04.2011	Diretor Internacional Comercial e Marketing (Não estatutário)	SIM

Membros da Diretoria Estatutária:

Nome (a)	Idade (b)	Profissão (c)	CPF/MF (d)	Cargo eleito ocupado (e)
Sergio Coimbra	57 anos	Empresário	646.938.138-34	Diretor Presidente
Cesário Coimbra Neto	62 anos	Empresário	025.587.698-04	Diretor Superintendente Diretor de Relação com Investidores

Nome (a)	Data de eleição (f)	Data da posse (g)	Prazo do Mandato (h)	Outros cargos exercidos na Companhia (i)	Indicação se eleito ou não pelo controlador (j)
Sergio Coimbra	04.05.2009	04.05.2009	30.04.2012	Cons. de Administração Vice-Presidente	SIM
Cesário Coimbra Neto	04.05.2009	04.05.2009	30.04.2012	Cons. de Administração Presidente	SIM

12.7. Membros de comitês estatutários ou não estatutários:

Não aplicável. A Companhia não tem comitês e/ou outros órgãos sociais.

12.8. Membros do conselho de administração e diretoria estatutária:

a. Currículos dos administradores:

a.1. Cesário Coimbra Neto - Presidente do Conselho de Administração, Diretor Superintendente (estatutário) e Diretor de Relação com Investidores da Companhia

Formação Acadêmica: Formado em Administração Financeira – Fundação Armando Alvares Penteado – CAF; Curso de Economia Aplicativa para Executivos – FGV (Fundação Getúlio Vargas).

Experiência Profissional: Presidente do Banco Cacique S/A. de 26.11.1993 até 30.11.2007; Presidente Interino do Conselho de Administração da Companhia Cacique de Café Solúvel, de 09.02.2009 à 30.04.2009; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia Cacique de Café Solúvel, desde 28.04.1995; Diretor Superintendente da Cia. Cacique de Café Solúvel, acumulando também as funções de Diretor de Relações com Investidores, desde 03.01.1994; Diretor da Cacique Agrícola S/A. desde 28.03.1982, exercendo as funções de Diretor Presidente a partir de 25.04.1994; e Sócio-administrador de Horácio Sabino Coimbra – Comércio e Participações Ltda., empresa controladora do Grupo Cacique.

a.2. Sergio Coimbra – Vice-Presidente do Conselho de Administração, Diretor Presidente (estatutário) da Companhia

Formação Acadêmica: Bacharel em Administração de Empresas pela F.M.U. (Faculdades Metropolitanas Unidas); Curso de Extensão Universitária em Administração de Empresas na New York University – N.Y./USA.

Experiência Profissional: Presidente da Cia. Cacique de Café Solúvel desde 03.01.1994; Diretor Vice-Presidente da Cacique Agrícola S/A. desde 26.10.1998; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia Cacique de Café Solúvel, desde 28.04.1995; Membro do Conselho Consultivo do Banco Cacique S/A. de 25.04.1994 a 20.11.2001; e Sócio-administrador de Horácio Sabino Coimbra – Comércio e Participações Ltda., empresa controladora do Grupo Cacique.

a.3. Daniela Cerqueira Cesar Coimbra – Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia

Experiência Profissional: Presidente Membro do Conselho de Administração da Companhia Cacique de Café Solúvel desde 09.09.1994; e Sócia de Horácio Sabino Coimbra – Comércio e Participações Ltda., empresa controladora do Grupo Cacique.

a.4. Antonio Carlos Aparecido Ribeiro – Conselheiro de Administração e Gerente Financeiro da Companhia

Formação Acadêmica: Contador formado pelo Colégio Frederico Ozanam – São Paulo – SP.

Experiência Profissional: Encarregado de serviços contábeis da Companhia Cacique de Café Solúvel de 1976 a 1985; Tesoureiro Geral da Companhia Cacique de Café Solúvel de 1985 a 1993; Gerente de operações financeiras da Companhia Cacique de Café Solúvel desde 1994; Membro do Conselho de Administração da Companhia Cacique de Café Solúvel desde 28.04.2000.

a.5. Antonio Paulino Martins – Conselheiro de Administração e Diretor de Controladoria (não estatutário) da Companhia

Formação Acadêmica: Técnico em Contabilidade pela Escola de Comércio Álvares Penteado; Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie; Curso de Administração Financeira para Executivos – FGV (Fundação Getúlio Vargas).

Experiência Profissional: Assistente Financeiro da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná de Maio/1968 a Março/1980; Gerente Administrativo e Financeiro na extinta Cacique de Alimentos de Agosto/1984 a Dezembro/1987; Diretor Administrativo e Financeiro na extinta Cacique de Alimentos de Janeiro/1987 a Dezembro/1991; Diretor Superintendente na extinta Cacique de Alimentos de Janeiro/1992 a Dezembro/1996; Diretor da Divisão Alimentos da Companhia Cacique Café Solúvel desde Janeiro/1997; Diretor de Controladoria da Companhia Cacique de Café Solúvel desde o ano-calendário de 1999; e Diretor da Cacique International Ltd. desde Outubro/2004.

a.6. Sérgio Cândido Pereira – Conselheiro de Administração e Diretor Internacional Comercial e Marketing (não estatutário) da Companhia

Formação Acadêmica: Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo; MBA em Administração de Empresas na New York University.

Experiência Profissional: Atuação internacional no mercado de café nas áreas de Marketing e Comércio Exterior nas três décadas; Presidente da Cacique International USA Inc. desde Agosto/2005; e Diretor da Cacique International Ltd. desde Maio/2008.

b. Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais) envolvendo os administradores:

O Sr. **Cesário Coimbra Neto**, Presidente do Conselho de Administração eleito em 30.04.2009, Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. **Sergio Coimbra**, Vice-Presidente do Conselho de Administração eleito em 30.04.2009, Diretor Presidente, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

A Sra. **Daniela Cerqueira Cesar Coimbra**, Vice-Presidente do Conselho de Administração eleita em 30.04.2009, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. **Antonio Carlos Aparecido Ribeiro**, membro integrante do Conselho de Administração eleito em 30.04.2009, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. **Antonio Paulino Martins**, membro integrante do Conselho de Administração eleito em 30.04.2009, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. **Sérgio Cândido Pereira**, membro integrante do Conselho de Administração eleito em 30.04.2009, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.9. Relações conjugais, uniões estáveis ou parentescos até o segundo grau existentes entre:

a. Administradores da Companhia:

Os Srs. Cesário Coimbra Neto, Sergio Coimbra e Daniela Cerqueira Cesar Coimbra são irmãos. Entre os outros membros do Conselho de Administração da Companhia não há relação de parentesco.

b. Administradores da Companhia e administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia:

Os Srs. Cesário Coimbra Neto e Sergio Coimbra são integrantes da Diretoria da Cacique Agrícola S/A – empresa controlada da Companhia.

Os Srs. Cesário Coimbra Neto, Sergio Coimbra e Daniela Cerqueira Cesar Coimbra são irmãos. Entre os outros membros do Conselho de Administração e a Diretoria das empresas controladas da Companhia não há relação de parentesco.

c. Administradores da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia:

A empresa Horácio Sabino Coimbra – Comércio e Participações Ltda. é a controladora da Companhia, sendo que os seus sócios-quotistas são os integrantes da Família Coimbra.

Os Srs. Cesário Coimbra Neto, Sergio Coimbra e Daniela Cerqueira Cesar Coimbra são irmãos, sócio-quotistas da controladora e integrantes do Conselho de Administração da Companhia.

d. Administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia:

Os Srs. Cesário Coimbra Neto e Sergio Coimbra são os administradores da controladora Horácio Sabino Coimbra – Comércio e Participações Ltda.

Os Srs. Cesário Coimbra Neto, Sergio Coimbra e Daniela Cerqueira Cesar Coimbra são irmãos, sócio-quotistas da controladora e integrantes do Conselho de Administração da Companhia.

12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos três últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:

a. Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia:

Os Srs. Antonio Paulino Martins e Sérgio Cândido Pereira, além de integrarem o Conselho de Administração da Companhia, também, fazem parte da Diretoria da controlada Cacique International Ltd. (BVI) e Cacique International Ltda. (USA).

b. Controlador direto ou indireto da Companhia:

Os Srs. Cesário Coimbra Neto e Sergio Coimbra, além de integrarem o Conselho de Administração da Companhia, também, fazem parte da Diretoria da controlada Cacique Agrícola S/A.

c. Fornecer, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controladora ou controladas, ou controladas de alguma dessas pessoas, caso relevantes.

Não há qualquer cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controladora ou controladas, ou controladas dos administradores que tenham relação de subordinação e/ou prestação de serviço com a Companhia.

12.11. Acordos (inclusive apólices de seguro) estabelecendo o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais e acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções:

Não aplicável, na medida em que não há qualquer acordo (inclusive apólices de seguro) firmado que estabeleça o pagamento ou o reembolso de quaisquer rubricas, que sejam devidas em virtude do exercício das funções de administrador.

12.12. Outras informações relevantes:

Não há outras informações relevantes a serem destacadas.

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração:

É atrair e reter profissionais com grande experiência no mercado específico em que atuamos e no mercado geral que conheçam a realidade Brasil. Profissionais com a competência de estruturar as diversas áreas da organização para perceber as oportunidades de negócios, enfrentar as ameaças de mercado, capitalizar em cima dos pontos fortes da organização bem como desenvolver políticas para minimizar os pontos que não nos são favoráveis.

b. Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

a) Conselho de Administração: O Conselho de Administração da Companhia tem remuneração fixa, no valor total de R\$ 68.680,00 (sessenta e oito mil, seiscentos e oitenta reais), por mês. Além da remuneração fixa mensal há também o benefício de assistência médica, no valor aproximado de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais), por mês. As remunerações ora indicadas têm parâmetros nos padrões de mercado.

b) Diretoria: A Diretoria da Companhia tem remuneração fixa, no valor total de R\$ 305.900,00 (trezentos e cinco mil e novecentos reais), por mês. As remunerações ora indicadas têm parâmetros nos padrões de mercado.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

Como não há remuneração variável, a proporção da remuneração fixa ora indicada para os membros do Conselho de Administração e Diretoria são de 100%.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

A metodologia e o cálculo de reajuste de cada um dos elementos da remuneração tem relação direta com as alterações, os parâmetros do mercado e os resultados da Companhia..

iv. Razões que justificam a composição da remuneração:

O retorno sobre o investimento através do fiel acompanhamento da realização do planejamento tomando decisões sobre alternativas para correção. O conselho de administração e a diretoria estão focados nos resultados do negócio.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Para a determinação dos itens de remuneração são levadas em consideração a performance e as metas individuais, estipuladas e aprovadas, anualmente, pelo Conselho de Administração da Companhia, e contém as metas definidas para o período, observado, principalmente, o volume de vendas e o retorno de investimento.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

Qualquer mudança nos itens da remuneração está diretamente atrelada à performance individual e da Companhia e alcance das metas no período em questão, já que os aumentos salariais estão diretamente ligados ao desempenho demonstrado no período avaliado.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:

A política de remuneração para este nível visa incentivar na melhoria contínua da gestão da organização e a permanência dos seus executivos, proporcionando estimular o comprometimento com os resultados de curto, médio e longo prazo.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não aplicável, na medida em que não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Não aplicável, na medida em que não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário

13.2. Remuneração reconhecida nos três últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Em conformidade com o artigo 67 da Instrução CVM 480/2009, a Companhia apresentará tão somente os valores do ano de 2009 e 2010 (previsão)

Ano 2009

- ✓ Conselho de Administração: R\$ 1.395,120,58 (um milhão, trezentos e noventa e cinco mil, ceno e vinte reais e cinquenta e oito centavos).
- ✓ Diretoria Estatutária: R\$ 3.670.800,00 (três milhões, seiscentos e setenta mil e oitocentos reais).
- ✓ Conselho Fiscal: Não houve instalação de Conselho Fiscal para o exercício social de 2009.

Ano 2010 - Previsão

- ✓ Conselho de Administração: R\$ 1.466.980,76 (um milhão, quatrocentos e sessenta e seis mil, novecentos e oitenta reais e setenta e seis centavos)
- ✓ Diretoria Estatutária: R\$ 3.670.800,00 (três milhões, seiscentos e setenta mil e oitocentos reais).
- ✓ Conselho Fiscal: Não houve instalação de Conselho Fiscal para o exercício social de 2010.

13.3. Remuneração variável dos três últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Não aplicável, na medida em que não há remuneração variável para os membros do conselho de administração e da diretoria estatutária.

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não aplicável, na medida em que não há plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

13.5. Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob o controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgãos, na data de encerramento do último exercício social:

Conselho de Administração

Ações da Companhia: 340.617 ações ordinárias
37.861 ações preferenciais

Cotas da Controladora: 3.579.647 cotas

Diretoria Estatutária

Ações da Companhia: 213.224 ações ordinárias
2.494 ações preferenciais

Cotas da Controladora: 2.386.464 cotas

13.6. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável, na medida em que não há remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

13.7. Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não aplicável, na medida em que não há plano de opções de ações para o conselho de administração e da diretoria estatutária.

13.8. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos três últimos exercícios sociais:

Não aplicável.

13.9. Informações para a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

Não aplicável.

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

Não aplicável, na medida em que não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e da diretoria estatutária.

13.11. Indicar, em forma de tabela, para os três últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Em conformidade com o artigo 67 da Instrução CVM 480/2009, a Companhia apresentará tão somente os valores do ano de 2009.

Conselho de Administração	2009
número de membros	6
valor da maior remuneração individual	R\$ 332.688,18
valor da menor remuneração individual	R\$ 2.500,00
valor médio da remuneração individual	R\$ 232.518,43

Diretoria Estatutária	2009
número de membros	2
valor da maior remuneração individual	R\$ 152,950.00
valor da menor remuneração individual	R\$ 152,950.00
valor médio da remuneração individual	R\$ 152,950.00

13.12. Contratos, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando as conseqüências financeiras para a Companhia:

Não aplicável.

13.13. Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar o percentual de remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos:

No ano-calendário de 2009, o percentual de remuneração do Conselho de Administração foi de 9% sobre o resultado ajustado (lucro líquido do exercício acrescido da remuneração paga e reconhecida contabilmente no referido ano-calendário).

No ano-calendário de 2009, o percentual de remuneração do Diretoria Estatutária foi de 24% sobre o resultado ajustado (lucro líquido do exercício acrescido da remuneração paga e reconhecida contabilmente no referido ano-calendário).

Em conformidade com o artigo 67 da Instrução CVM 480/2009, a Companhia apresentará tão somente os valores do ano de 2009.

13.14. Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não aplicável.

13.15. Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não aplicável.

13.16. Outras informações relevantes:

Não aplicável.

14. RECURSOS HUMANOS

14.1. Descrição dos recursos humanos da Companhia, fornecendo as seguintes informações:

a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica):

A Companhia e suas subsidiárias possuíam, em 31 de dezembro de 2009, um total de 1.233 empregados alocados nas áreas administrativas, comercial e industrial/operacional.

A evolução do quadro de empregados da Companhia em 2007, 2008 e 2009 está descritas abaixo:

Em 31 de dezembro

Área	2007	2008	2009
Administrativo	160	182	200
Comercial	200	160	155
Industrial/Operacional	1009	953	878
Total	1.369	1.295	1.233

A Companhia e suas subsidiárias possuíam o seguinte número de empregados em 2007, 2008 e 2009 divididos por localização geográfica:

Em 31 de dezembro

Divisão	Localidade	2007	2008	2009
Solúvel	Londrina – PR	699	676	623
	São Paulo – SP	57	52	52
	Santos – SP	17	16	12
	Vitória – ES	2	2	-
Alimentos	Barueri – SP	188	184	193
	Rio de Janeiro – RJ	27	23	20
	Porto Alegre – RS	10	9	13
Embalagens	Londrina – PR	369	333	320
Total		1.369	1.295	1.233

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica):

A Companhia e suas subsidiárias possuíam, em 31 de dezembro de 2009, um total de 176 empregados alocados nas áreas administrativas, comercial e industrial/operacional. A evolução do quadro de funcionários terceirizados da Companhia em 2007, 2008 e 2009 com base na atividade desempenhada está descrita abaixo:

Em 31 de dezembro

Área	2007	2008	2009
Administrativo	32	35	32
Comercial	13	12	14
Industrial/Operacional	117	124	130
Total	162	171	176

A Companhia e suas subsidiárias possuíam o seguinte número de funcionários terceirizados em 2007, 2008 e 2009 divididos por localização geográfica:

Em 31 de dezembro

Divisão	Localidade	2007	2008	2009
Solúvel	Londrina – PR	121	128	127
	São Paulo – SP	17	19	17
	Santos – SP	-	-	1
	Vitória – ES	-	-	-
Alimentos	Barueri – SP	17	15	24
	Rio de Janeiro – RJ	1	1	1
	Porto Alegre – RS	2	2	2
Embalagens	Londrina – PR	4	6	4
Total		162	171	176

c. índice de rotatividade:

A tabela abaixo mostra o índice de rotatividade para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009:

	Em %		
	2007	2008	2009
Índice de Rotatividade	1,99	2,11	2,17

d. exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas:

Ano 2009

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia figurava como ré em, aproximadamente, 134 processos judiciais de natureza trabalhista, resultantes das alterações e mudanças de estrutura realizadas nos anos de 2007 e 2008 nas unidades industriais da Companhia, sendo que, 20% destes processos foram propostos por empregados de empresas terceirizadas.

Em 31 de dezembro de 2009, os valores envolvidos nas reclamações trabalhistas em curso contra a Companhia somavam, aproximadamente, R\$ 3,9 milhões. A Companhia mantinha uma provisão para questões relativas às suas pendências judiciais trabalhistas no montante aproximado de R\$ 3,5 milhões.

Ano 2008

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia figurava como ré em, aproximadamente, 108 processos judiciais de natureza trabalhista, resultantes das alterações e mudanças de estrutura realizadas no ano de 2007 nas unidades industriais da Companhia, sendo que, 33% destes processos foram propostos por empregados de empresas terceirizadas.

Em 31 de dezembro de 2008, os valores envolvidos nas reclamações trabalhistas em curso contra a Companhia somavam, aproximadamente, R\$ 3,6 milhões. A Companhia mantinha uma provisão para questões relativas às suas pendências judiciais trabalhistas no montante aproximado de R\$ 3,2 milhões.

Ano 2007

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia figurava como ré em, aproximadamente, 105 processos judiciais de natureza trabalhista, sendo que, 30% destes processos foram propostos por empregados de empresas terceirizadas.

Em 31 de dezembro de 2007, os valores envolvidos nas reclamações trabalhistas em curso contra a Companhia somavam, aproximadamente, R\$ 3,8 milhões. A Companhia mantinha uma provisão para questões relativas às suas pendências judiciais trabalhistas no montante aproximado de R\$ 2,1 milhões.

14.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima:

Não aplicável, pois as alterações ocorridas com relação aos números divulgados da Companhia não são relevantes.

14.3. Descrição das políticas de remuneração dos empregados da Companhia:

a. política de salários e remuneração variável:

A Política Salarial é centrada nos conceitos e técnicas de descrição, avaliação e classificação de cargos; com o objetivo de estabelecer uma estrutura justa e equitativa, compatível com os requisitos, as responsabilidades e o peso relativo de cada cargo na estrutura organizacional, dentro das disponibilidades orçamentárias, em bases competitivas com o mercado de trabalho, capaz de atrair e reter mão-de-obra na quantidade e qualidade necessárias à empresa. A Política Salarial é válida para todos os níveis hierárquicos e todas as áreas da Companhia.

b. política de benefícios:

Além dos benefícios concedidos por força de lei, a Companhia oferece aos seus empregados ambulatório médico, assistência médica, assistência odontológica, associação recreativa, bolsa de estudos, brinquedos de Natal para filhos de empregados, complemento de auxílio-doença, desjejum, empréstimo consignado via banco, empréstimo de férias, empréstimo social, enxoval do bebê, estacionamento, gratificação por tempo de serviço, pagamento de PIS na empresa, programa de saúde, seguro de vida, transporte, uniforme, vacina contra gripe, refeição ou vale refeição para as localidades que não possuem refeitórios, vale alimentação e festas de confraternização, tais como: colônia de férias e dia das crianças para filhos de empregados, festa junina e homenagem por tempo de serviço.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

Não aplicável, pois a Companhia não adota este tipo de remuneração

14.4. Descrever as relações entre a Companhia e sindicatos:

A Companhia possui boas relações com seus empregados e estas são regidas por acordo e/ou convenção coletiva de trabalho. Em toda sua história, a Companhia passou por apenas três greves.

Todos os empregados são representados por sindicatos de acordo com a localização geográfica onde a companhia atua, quais sejam: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, Afins e do Café Solúvel, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Laticínios e Produtos Derivados, do Açúcar e de Torrefação, Moagem e Solúvel de Café e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem.

15. CONTROLE:

15.1. Identificar o acionista ou grupo de acionistas controladores, indicando em relação a cada um deles:

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Qt. ações detidas, por classe e espécie
Horácio Sabino Coimbra – Com. e Part. Ltda.	Brasileira	59.359.364/0001-05	5.402.633 – ON 8.761.683 – PN

Nome	% detido em relação à classe ou espécie	% detido em relação ao capital social	Se participa de Acordo de Acionistas
Horácio Sabino Coimbra – Com. e Part. Ltda.	64,97% - ON 52,68% - PN	56,78%	Não

Nome	Item 15.1, letra “h” – Vide tabela abaixo	Data da última alteração
Horácio Sabino Coimbra – Com. e Part. Ltda.	-	19.05.2010 (*)

(*) – Posição informada pelo acionista e divulgada em Comunicado ao Mercado – Sistema IPE CVM em 19.05.2010, e reapresentada em 21.05.2010 em razão da publicação nos jornais oficiais utilizados pela Companhia.

15.1, letra “h”. Se o acionista for pessoa jurídica, lista contendo as informações referidas nos subitens “a” a “d” acerca de seus controladores diretos e indiretos, até os controladores que sejam pessoas naturais, ainda que tais informações sejam tratadas como sigilosas por força de negócio jurídico ou pela legislação do país em que forem constituídos ou domiciliados o sócio ou controlador:

- Horácio Sabino Coimbra – Comércio e Participações Ltda.

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Qt. ações detidas, por classe e espécie
Espólio de Maria Yolanda Cerqueira Cesar Coimbra	Brasileira	116.402.618-69	3.579.543 quotas
Cesário Coimbra Neto	Brasileira	025.587.698-04	1.193.232 quotas
Sergio Coimbra	Brasileira	646.938.138-34	1.193.232 quotas
Daniela Cerqueira Cesar Coimbra	Brasileira	132.630.588-35	1.193.183 quotas

15.2. Em forma de tabela, lista contendo as informações abaixo sobre os acionistas, ou grupos de acionistas que agem em conjunto ou que representam o mesmo interesse, com participação igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de ações e que não estejam listados no item 15.1:

Não aplicável, não há grupos de acionistas que tenham mais do que 5% de uma mesma classe ou espécie de ações e que ajam em conjunto ou que representem o mesmo interesse.

15.3. Em forma de tabela, descrever a distribuição do capital, conforme apurado na última assembléia geral de acionistas:

Nº acionistas pessoa física	Nº acionistas pessoa jurídica	Nº acionistas investidores institucionais	Nº ações em circulação, por classe e espécie
08 (oito)	03 (três)	02 (dois – também incluídos como pessoa jurídica)	7.847.383 – ON 13.289.218 – PN

15.4. Caso o acionista deseje, inserir organograma dos acionistas do emissor, identificando todos os controladores diretos e indiretos bem como os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações, desde que compatível com as informações apresentadas nos itens 15.1 e 15.2:

O organograma da Companhia foi inserido no item 8.2 do presente Formulário de Referência.

15.5. Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

Não aplicável, na medida em que não há qualquer Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia.

15.6. Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor:

Ano de 2008

a. Evento: Aquisição de participação acionária relevante pela controladora Horácio Sabino Coimbra – Comércio e Participações Ltda., inscrita no CNPJ/MF nº 59.359.364/0001-05.

b. Principais condições do negócio: No dia 22.07.2008, envio de Comunicado ao Mercado de Aquisição de participação acionária relevante em operações no mercado de capitais – Bolsa de Valores de São Paulo BOVESPA, no total de 256.700 ações ordinárias da Companhia. O Comunicado ao Mercado foi encaminhado via sistema IPE CVM sob o protocolo nº 170913, e reenviado sob o nº 171666.

c. Sociedades envolvidas: Sociedade Controladora – Horácio Sabino Coimbra – Comércio e Participações Ltda.
Sociedade emissora – Companhia Cacique de Café Solúvel

d. Efeitos no quadro societário: Não teve alteração do quadro societário da Companhia, na medida em que a aquisição de participação acionária relevante deu-se pela sociedade controladora.

e. Quadro societário antes e depois:

e.1. Antes – Sociedade Controladora (alteração somente no número de ações)

Horácio Sabino Coimbra – Comércio e Participações:

Quantidade de Ações Ordinárias: 5.005.652 OE.

Quantidade de Ações Preferenciais: 4.722.152 PN.

e.2. Depois – Sociedade Controladora (alteração somente no número de ações)

Horácio Sabino Coimbra – Comércio e Participações:

Quantidade de Ações Ordinárias: 5.262.352 OE.

Quantidade de Ações Preferenciais: 4.722.152 PN.

Ano de 2008

a. Evento: Aquisição de participação acionária relevante pela controladora Horácio Sabino Coimbra – Comércio e Participações Ltda., inscrita no CNPJ/MF nº 59.359.364/0001-05.

b. Principais condições do negócio: No dia 28.08.2008, envio de Comunicado ao Mercado de Aquisição de participação acionária relevante em operações no mercado de capitais – Bolsa de Valores de São Paulo BOVESPA, no total de 117.200 ações preferenciais da Companhia. O Comunicado ao Mercado foi encaminhado via sistema IPE CVM sob o protocolo nº 174874, e reenviado sob o nº 175762.

c. *Sociedades envolvidas:* Sociedade Controladora – Horácio Sabino Coimbra – Comércio e Participações Ltda.
Sociedade emissora – Companhia Cacique de Café Solúvel

d. *Efeitos no quadro societário:* Não teve alteração do quadro societário da Companhia, na medida em que a aquisição de participação acionária relevante deu-se pela sociedade controladora.

e. *Quadro societário antes e depois:*

e.1. *Antes – Sociedade Controladora (alteração somente no número de ações)*

Horácio Sabino Coimbra – Comércio e Participações*:

Quantidade de Ações Ordinárias: 5.265.857 OE.

Quantidade de Ações Preferenciais: 4.876.652 PN.

* *As diferenças nas quantidades de ações ordinárias e preferenciais com relação àquelas indicadas no item 6.5.2 é em razão de aquisições não relevantes efetuada pela sociedade controladora, motivo pelo qual não houve divulgação de tais operações ao mercado.*

e.2. *Depois – Sociedade Controladora (alteração somente no número de ações)*

Horácio Sabino Coimbra – Comércio e Participações:

Quantidade de Ações Ordinárias: 5.265.857 OE.

Quantidade de Ações Preferenciais: 4.993.852 PN.

Ano de 2010

a. *Evento:* Aquisição de participação acionária relevante pela controladora Horácio Sabino Coimbra – Comércio e Participações Ltda., inscrita no CNPJ/MF nº 59.359.364/0001-05.

b. *Principais condições do negócio:* No dia 21.05.2010, envio de Comunicado ao Mercado de Aquisição de participação acionária relevante em operações no mercado de capitais – Bolsa de Valores de São Paulo BOVESPA, no total de 3.724.800 ações preferenciais da Companhia. O Comunicado ao Mercado foi encaminhado via sistema IPE CVM sob o protocolo nº 247214, e reenviado sob o nº 247528.

c. *Sociedades envolvidas:* Sociedade Controladora – Horácio Sabino Coimbra – Comércio e Participações Ltda.
Sociedade emissora – Companhia Cacique de Café Solúvel

d. *Efeitos no quadro societário:* Não teve alteração do quadro societário da Companhia, na medida em que a aquisição de participação acionária relevante deu-se pela sociedade controladora.

e. *Quadro societário antes e depois:*

e.1. *Antes – Sociedade Controladora (alteração somente no número de ações)*

Horácio Sabino Coimbra – Comércio e Participações*:

Quantidade de Ações Ordinárias: 5.402.633 OE.

Quantidade de Ações Preferenciais: 5.036.883 PN.

** As diferenças nas quantidades de ações ordinárias e preferenciais com relação àquelas indicadas no item 6.5.3 é em razão de aquisições não relevantes efetuada pela sociedade controladora, motivo pelo qual não houve divulgação de tais operações ao mercado.*

e.2. *Depois – Sociedade Controladora (alteração somente no número de ações)*

Horácio Sabino Coimbra – Comércio e Participações:

Quantidade de Ações Ordinárias: 5.402.633 OE.

Quantidade de Ações Preferenciais: 8.761.683 PN.

15.7. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Não aplicável, na medida em que não há outras informações relevantes a serem destacadas pela Companhia.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

16.1. Descrição das regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

A Lei das S.A. proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembléia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

Segundo o regulamento do Novo Mercado, a Companhia deve enviar à BM&FBOVESPA e divulgar informações de todo e qualquer contrato celebrado entre a Companhia e suas Controladas e Coligadas, administradores, acionistas controladores, e, ainda, entre a Companhia e sociedades Controladas e Coligadas de seus administradores e dos acionistas controladores, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou de direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R\$200 mil, ou valor igual ou superior a 1,0% sobre o patrimônio líquido, considerando o maior.

Essas informações divulgadas deverão discriminar o objeto do contrato, o prazo, o valor, as condições de rescisão ou de término e a eventual influência do contrato sobre a administração ou a condução dos negócios da Companhia.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007 assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações entre partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas controladas, as quais a Administração considera que foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

16.2. Adicionalmente, tais operações com partes relacionadas (i) não impactam atualmente ou impactarão futuramente os nossos resultados operacionais e situação financeira de forma negativa; e (ii) são celebradas em condições semelhantes às praticadas com terceiros. Informações, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas da Companhia e que tenham sido celebradas nos 3 últimos exercícios sociais ou estejam em vigor no exercício social corrente:

Não aplicável

16.3. Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social: (a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e (b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório:

Não aplicável

17. CAPITAL SOCIAL

17.1. Elaborar tabela contendo as seguintes informações sobre o capital social:

A Companhia possui como valores mobiliários ações, ordinárias e preferenciais, na forma escritural e sem valor nominal.

CAPITAL EMITIDO (a)	CAPITAL SUBSCRITO (b)	CAPITAL INTEGRALIZADO (c)
R\$ 173.000.000,00, dividido em 24.948.000 de ações sem valor nominal, sendo 8.316.000 ações ordinárias e 16.632.000 ações preferenciais.	R\$ 173.000.000,00, dividido em 24.948.000 de ações sem valor nominal, sendo 8.316.000 ações ordinárias e 16.632.000 ações preferenciais.	R\$ 173.000.000,00, dividido em 24.948.000 de ações sem valor nominal, sendo 8.316.000 ações ordinárias e 16.632.000 ações preferenciais.

PRAZO PARA INTEGRALIZAÇÃO (d)	CAPITAL AUTORIZADO (e)	TÍTULOS CONVERSÍVEIS EM AÇÃO e CONDIÇÕES PARA CONVERSÃO (f) e (g)
Não aplicável. O capital social está totalmente integralizado.	Não há.	Não há.

17.2. Em relação aos aumentos de capital do emissor, indicar:

Ano de 2010

a. Data da deliberação:

30.04.2010

b. Órgão que deliberou o aumento:

51ª Assembléia Geral Ordinária – AGO e 83ª Assembléia Geral Extraordinária – AGE.

c. Data da emissão das ações:

Não há. O aumento do capital social deu-se sem a emissão de novas ações (sem alteração do número de ações).

d. Valor total do aumento:

R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais).

e. Quantidade de valores mobiliários emitidos, separados por classe e espécie:

Não há. O aumento do capital social deu-se sem a emissão de novas ações (sem alteração do número de ações).

f. Preço de emissão:

Não aplicável.

g. Forma de integralização:

O aumento do capital social foi aprovado com aproveitamento parcial da conta de Reserva de Retenção de Lucros anteriormente existente, no montante de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais).

h. Critério utilizado para determinação do valor de emissão (art. 170, §1º, da Lei nº 6.404, de 1976):

Não aplicável.

i. Indicação se a subscrição foi particular ou pública:

Não aplicável.

j. Percentual que o aumento representa em relação ao capital social imediatamente anterior ao aumento de capital:

8,125% (oito, vírgula cento e vinte e cinco por cento).

Ano de 2009

a. Data da deliberação:

30.04.2009

b. Órgão que deliberou o aumento:

50ª Assembléia Geral Ordinária – AGO e 82ª Assembléia Geral Extraordinária – AGE.

c. Data da emissão das ações:

Não há. O aumento do capital social deu-se sem a emissão de novas ações (sem alteração do número de ações).

d. Valor total do aumento:

R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais).

e. Quantidade de valores mobiliários emitidos, separados por classe e espécie:

Não há. O aumento do capital social deu-se sem a emissão de novas ações (sem alteração do número de ações).

f. Preço de emissão:

Não aplicável.

g. Forma de integralização:

O aumento do capital social foi aprovado com aproveitamento parcial da conta de Reserva de Retenção de Lucros anteriormente existente, no montante de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais).

h. Critério utilizado para determinação do valor de emissão (art. 170, §1º, da Lei nº 6.404, de 1976):

Não aplicável.

i. Indicação se a subscrição foi particular ou pública:

Não aplicável.

j. Percentual que o aumento representa em relação ao capital social imediatamente anterior ao aumento de capital:

8% (oito por cento).

Ano de 2008

a. Data da deliberação:

30.04.2008

b. Órgão que deliberou o aumento:

49ª Assembléia Geral Ordinária – AGO e 81ª Assembléia Geral Extraordinária – AGE.

c. Data da emissão das ações:

Não há. O aumento do capital social deu-se sem a emissão de novas ações (sem alteração do número de ações).

d. Valor total do aumento:

R\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de reais).

e. Quantidade de valores mobiliários emitidos, separados por classe e espécie:

Não há. O aumento do capital social deu-se sem a emissão de novas ações (sem alteração do número de ações).

f. Preço de emissão:

Não aplicável.

g. Forma de integralização:

O aumento do capital social foi aprovado com aproveitamento parcial da conta de Reserva de Retenção de Lucros anteriormente existente, no montante de R\$ 17.000.000,00 (dezesete milhões de reais).

h. Critério utilizado para determinação do valor de emissão (art. 170, §1º, da Lei nº 6.404, de 1976):

Não aplicável.

i. Indicação se a subscrição foi particular ou pública:

Não aplicável.

j. Percentual que o aumento representa em relação ao capital social imediatamente anterior ao aumento de capital:

13% (treze por cento).

17.3. Desdobramentos, Grupamentos e Bonificações:

Não aplicável, na medida em que nos três últimos exercícios sociais não houve desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações.

17.4. Reduções de Capital Social:

Não aplicável, na medida em que nos três últimos exercícios sociais não houve redução de capital social.

17.5. Outras Informações Relevantes:

Não aplicável, na medida em que não há outras informações relevantes a serem destacadas pela Companhia.

18. VALORES MOBILIÁRIOS

18.1. Descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida:

A Companhia tem emitidas 24.948.000 (vinte e quatro milhões, novecentas e quarenta e oito mil) ações, sem valor nominal, sendo 8.316 (oito milhões, trezentas e dezesseis mil) ordinárias e 16.632.000 (dezesseis milhões, seiscentas e trinta e duas mil) preferenciais.

As ações de emissão da Companhia têm a forma escritural, e são mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, na instituição financeira designada pela Companhia, sem emissão de certificados. As ações são negociadas livremente no mercado.

a. Direito a dividendos:

De acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia, é conferido aos titulares de ações de emissão da Companhia direito ao recebimento de dividendos relativamente às ditas ações na proporção de suas participações no capital social.

Nos termos do artigo 36, inciso II do Estatuto Social da Companhia, do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após as deduções previstas no Estatuto Social e ajustado na forma do artigo 202, da Lei das Sociedades por Ações, destinar-se-á 20% para pagamento do dividendo obrigatório a todos os acionistas da Companhia.

Às ações preferenciais da Companhia, em compensação a ausência do direito ao voto nas Assembléias Gerais, é assegurada a prioridade na distribuição de dividendo não-cumulativo, no mínimo 10% (dez por cento) maior do que o que for atribuído às ações ordinárias.

b. Direito de voto:

Em conformidade com o artigo 10 do Estatuto Social da Companhia somente os titulares de ações ordinárias podem exercer o direito de voto nas Assembléias Gerais, correspondendo a cada uma delas 01 (um) voto nas deliberações.

As ações preferenciais não têm direito a voto nas Assembléias Gerais, mas podem reunir-se em Assembléia Especial, nos casos previstos em lei.

Às ações preferenciais são asseguradas, ainda, as seguintes vantagens:

- I. Prioridade na distribuição de dividendo, não cumulativo, no mínimo 10% (dez por cento) maior do que o que for atribuído às ações ordinárias;
- II. Direito de participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de ações gratuitas provenientes de capitalização de reservas ou lucros;
- III. Preferência, em caso de liquidação da Companhia, no reembolso do capital.

c. Conversibilidade em outra classe ou espécie de ação:

Não há a possibilidade de conversibilidade em outra classe ou espécie de ação.

d. Direitos no reembolso de capital:

No caso de liquidação da Companhia, os acionistas receberão os pagamentos relativos a reembolso do capital na proporção de suas participações no capital social, após o pagamento de todas as obrigações da Companhia.

As ações preferenciais têm preferência, em caso de liquidação da Companhia, no reembolso do capital.

e. Direito a participação em oferta pública por alienação de controle:

O Estatuto Social da Companhia não prevê hipóteses de direito a participação em caso de oferta pública por alienação de controle. Neste caso, aplica-se os termos da Lei das Sociedades por Ações.

f. Restrições à circulação:

Não há qualquer restrição a circulação das ações.

g. Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários:

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social da Companhia nem as deliberações tomadas em assembléia geral podem privar os acionistas dos direitos de (i) participar dos lucros sociais, (ii) participar do acervo da Companhia, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência para a subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observadas as condições previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

h. Outras características relevantes:

Não há.

i. Emissores estrangeiros:

Não aplicável.

18.2. Regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública:

Não há qualquer regra estatutária que limite o direito de voto de acionistas significativos ou que os obrigue a realizar oferta pública.

18.3. Exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no Estatuto:

O Estatuto Social da Companhia Não estabelece exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4. Em forma de tabela, informar volume de negociações bem como maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, em cada um dos trimestres dos 3 últimos exercícios sociais:

CIQU3 - Ordinária	Quantidade de Ações	Quantidade de Negócios	Cotação Máxima	Cotação Mínima
1º Trim/2007	5,000	3	8.00	6.02
2º Trim/2007	700	3	10.00	8.00
3º Trim/2007	600	2	9.43	9.40
4º Trim/2007	1,500	10	10.00	8.05
1º Trim/2008	1,900	13	10.80	7.56
2º Trim/2008	18,200	119	24.00	7.11
3º Trim/2008	274,500	44	10.00	7.95
4º Trim/2008	400	4	9.01	7.00
1º Trim/2009	-	-	-	-
2º Trim/2009	200	2	5.21	5.00
3º Trim/2009	4,000	18	7.50	5.23
4º Trim/2009	400	4	7.01	6.29

CIQU4 - Preferencial	Quantidade de Ações	Quantidade de Negócios	Cotação Máxima	Cotação Mínima
1º Trim/2007	67,000	100	9.80	6.20
2º Trim/2007	92,700	104	10.10	8.10
3º Trim/2007	65,100	73	11.00	8.90
4º Trim/2007	56,800	82	11.00	8.66
1º Trim/2008	25,000	52	11.00	9.30
2º Trim/2008	104,600	344	14.90	8.50
3º Trim/2008	434,300	173	12.39	8.50
4º Trim/2008	35,800	73	8.49	4.50
1º Trim/2009	23,800	18	6.00	5.00
2º Trim/2009	13,200	40	6.91	5.21
3º Trim/2009	34,000	105	8.60	5.40
4º Trim/2009	23,900	51	6.90	6.29

18.5. Outros valores mobiliários emitidos pela Companhia que não sejam ações:

Não aplicável, na medida em que a Companhia não tem outros valores mobiliários emitidos que não sejam as ações ordinárias e preferenciais já descritas no presente Formulário de Referência.

18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação:

As ações da Companhia são admitidas à negociação na BMF&BOVESPA S/A – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

18.7. Valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros:

Não aplicável, na medida em que a Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8. Ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia:

Não aplicável, na medida em que nos três últimos exercícios sociais não houve oferta pública de distribuição efetuada pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas.

18.9. Ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiro:

Não aplicável, na medida em que nos três últimos exercícios sociais não houve oferta pública de aquisição feita pela Companhia relativa a ações de emissão de terceiros.

18.10. Outras informações relevantes:

Não há.

19. PLANOS DE RECOMPRA E VALORES MOBILIÁRIOS EM TESOURARIA

19.1. Planos de recompra de ações da Companhia:

Não há planos de recompra de ações da Companhia, inclusive para os três últimos exercícios sociais.

19.2. Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria:

Não há valores mobiliários mantidos em tesouraria pela Companhia, inclusive para os três últimos exercícios sociais.

19.3. Valores mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social:

Não havia valores mobiliários mantidos em tesouraria pela Companhia no encerramento do último exercício social.

19.4. Outras informações relevantes:

Não há.

20. POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

20.1. Política de negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de qualquer órgão com funções técnicas ou consultivas, criado por disposição estatutária:

a. Data de Aprovação:

A Companhia possui Política Interna de Negociação de Valores Mobiliários (Auto-regulação) e de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, aprovada em reunião do Conselho de Administração em 29 de julho de 2002.

b. Pessoas vinculadas:

A Política Interna de Auto-Regulação da Companhia vincula as seguintes pessoas:

- a própria Companhia;
- os acionistas controladores, administradores, membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, empregados e executivos com acesso a informação relevante e integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas;
- quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia ou em sociedades controladas e coligadas da Companhia, tenha conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante sobre a Companhia até que esta o divulgue ao mercado; e
- ex-administradores da Companhia, nas condições indicadas no item subsequente.

c. / d. Principais características e previsão de períodos de vedação de negociações e descrição dos procedimentos adotados para fiscalizar a negociação em tais períodos:

É vedada a negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia de emissão por qualquer das Pessoas Vinculadas, abstendo-se de comprar ou vender, por si ou por interposta pessoa, durante os períodos que mediarem a data que tiveram conhecimento de informações relevantes e aquela em que tais informações sejam publicamente reveladas.

A abstenção indicada no parágrafo anterior, aplica automaticamente, dentre outras, nas seguintes situações:

I - No período de 15 (quinze) dias antes da divulgação das Informações Trimestrais – ITR, Informações Anuais – IAN e Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP da Companhia;

II - No período compreendido entre a decisão tomada pelo Conselho de Administração de propor aumentos de capital social, distribuição de dividendos, bonificações de ações ou desdobramentos e a publicação dos respectivos editais e/ou anúncios.

As pessoas vinculadas também deverão:

- a) reter, sem negociá-los, em caso de afastamento de seus cargos e/ou funções, por um período mínimo de 6 (seis) meses antes de nova negociação das ações de emissão da Companhia de sua propriedade, respeitado, em qualquer caso, o disposto nos sub-itens I e II retro. Somente em casos excepcionais, previamente circunstanciados por escrito do Conselho de Administração, esse prazo poderá vir a ser reduzido;
- b) comunicar ao Conselho de Administração, quaisquer planos de negociação periódica com valores mobiliários de emissão da Companhia, como investimentos ou desinvestimentos programados e bem assim quaisquer descumprimentos dessa programação;
- c) Comunicar ao Conselho de Administração, até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao da negociação, qualquer alteração na participação acionária própria, indicando o saldo da posição no período. A comunicação ora indicada abrangerá os valores mobiliários de propriedade de cônjuge de fato ou não separado judicialmente, de companheiro (a), ou de qualquer dependente incluído na sua declaração anual de imposto sobre a renda;
- d) Preencher declaração de participação acionária, a qual será devidamente assinada e arquivada na sede da Companhia para fins de controle, administração e verificação de eventual infringência à Política Interna de Auto-Regulação.

Não há restrições para o exercício dos direitos preferenciais de subscrição decorrente da titularidade de ações anteriormente possuídas, nos casos de emissão de ações novas por aumento de capital social, ainda que os períodos e prazos de subscrição sejam coincidentes, no todo ou em parte, com os períodos de restrições aludidos anteriormente.

20.2. Outras informações relevantes:

Não há outras informações relevantes a serem destacadas.

21. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

21.1. Normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva:

A Companhia possui Política Interna de Negociação de Valores Mobiliários (Auto-regulação) e de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, aprovada em reunião do Conselho de Administração em 29 de julho de 2002.

A Política Interna de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia visa, entre outras coisas, à divulgação de informações relevantes e à manutenção de sigilo acerca destas informações que ainda não tenham sido divulgadas ao mercado.

21.2. Política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pela Companhia (inclusive os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas):

Nos termos da Política Interna de Divulgação de Ato ou Fato Relevante cumpre ao Diretor de Relações com os Investidores divulgar e comunicar à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, Bolsas de Valores e Entidades do Mercado de Balcão organizado, em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, imediatamente após tomar conhecimento do mesmo.

Toda a divulgação de ato ou fato relevante será feita através de anúncio publicado nos jornais de grande circulação mormente utilizados pela Companhia, de modo claro e preciso, em linguagem acessível ao público investidor, sem prejuízo da sua comunicação à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e, se for o caso, às demais Entidades. O referido anúncio conterá a descrição resumida do ato ou fato relevante, desde que seja indicado o endereço na rede mundial de computadores – Internet, onde esteja disponível a sua descrição completa.

O Diretor de Relações com Investidores divulgará ampla e simultaneamente ao mercado ato ou fato relevante a ser veiculado por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior.

As pessoas vinculadas, tal como indicadas no item 20 do presente Formulário de Referência, que tiverem conhecimento pessoal de ato ou fato relevante deverão comunicar, por escrito, qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento pessoal ao Diretor de Relação com Investidores que promoverá sua divulgação.

O Diretor de Relação com Investidores informará à pessoa ou grupo de pessoas que lhe tiver feito a comunicação quais as providências a serem tomadas, imediatamente e por escrito.

Constatada a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seus deveres de informar, a pessoa ou grupo de pessoas que tiveram conhecimento pessoal de ato ou fato relevante deverão encaminhar cópia das referidas comunicações aos demais membros da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal para que sejam adotadas as providências cabíveis de divulgação da informação.

Caso ainda persista a omissão, a referida pessoa ou grupo de pessoas somente se eximirão de responsabilidade, caso comuniquem imediatamente tal ato ou fato relevante à Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As pessoas ou grupo de pessoas ficam também obrigadas a, diretamente ou através do Diretor de Relações com Investidores, divulgar imediatamente o ato ou fato relevante na hipótese da informação escapar ao controle ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados.

21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações:

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia possui a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante envolvendo a Companhia. Compete, ainda, ao Diretor de Relações com Investidores zelar pela execução e acompanhamento da Política Interna de Divulgação de Ato ou Fato Relevante.

21.4. Outras informações relevantes:

A Política Interna de Divulgação de Ato ou Fato Relevante prevê, ainda, que:

I. Imediatamente após deliberar a realização de oferta pública que dependa de registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o eventual ofertante deverá divulgar a quantidade de valores mobiliários a serem adquiridos ou alienados, o preço, condições de pagamento e demais condições a que estiver sujeita a oferta. Caso a realização da oferta pública esteja sujeita ao implemento de condições, fica o ofertante obrigado a divulgar aviso de fato relevante sempre que tais condições se verificarem esclarecendo se mantém a oferta e em que condições, ou se ela perderá sua eficácia;

II. Em caso de alienação de controle acionário da Companhia, o eventual adquirente de controle acionário deverá divulgar o fato relevante e realizar as comunicações com todas as informações contidas no artigo 10 da mencionada Instrução CVM nº 358/02, e de outras essenciais que julgar necessário;

III. Os diretores, membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, ou ainda de qualquer órgão com funções técnicas ou consultivas criadas por disposição estatutária, ficam obrigados a comunicar à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, à Companhia, às Bolsas de Valores e as entidades de mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários sejam admitidos à negociação, a quantidade de ações, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de sua emissão e de sociedades controladas, controladoras e/ou coligadas, que sejam abertas, a sua posição acionária, bem como as suas eventuais alterações;

IV. A comunicação de que trata o item III imediatamente anterior será efetuada, obrigatoriamente, tão logo ocorram as investidas/admissões aos cargos dos órgãos da administração da Companhia pelos seus membros eleitos, sendo aplicável aos valores mobiliários de propriedade de cônjuge de fato ou não separado judicialmente, de companheiro, e de qualquer dependente incluído na sua declaração anual de imposto sobre a renda;

V. Todos os assessores, gerentes e demais empregados com cargo de confiança que tiverem acesso a informações que possam vir a ser consideradas privilegiadas deverão cumprir idêntica obrigação imputada aos administradores, apenas perante a Companhia;

VI. Os acionistas controladores, diretos ou indiretos, e os acionistas que elegerem os membros do Conselho de Administração, bem como qualquer pessoa natural ou jurídica, ou ainda grupo de pessoas que representem um mesmo interesse, que atingir participação direta ou indireta que corresponda a 5% (cinco por cento) ou mais da espécie ou classe de ações representativas do capital social da Companhia devem enviar à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, Bolsa de Valores e entidades de mercado de balcão, declaração contendo as informações estipuladas nos itens I a V, do artigo 12, da Instrução CVM nº 358/02.

VII. Fica igualmente obrigada à divulgação das mesmas informações, a pessoa ou grupo de pessoas representando um mesmo interesse, titular de participação acionária igual ou superior ao percentual acima referido, a cada vez que a referida participação se eleve em 5% (cinco por cento), de espécie ou classe de ações representativas do capital social da companhia bem como a aquisição de quaisquer direitos sobre ações e demais valores mobiliários;

VIII. A comunicação à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, às Bolsas de Valores, e entidades de mercado de balcão organizado, será feita imediatamente após ser alcançada a participação indicada no item imediatamente anterior, informando, outrossim, sobre a alienação ou extinção de ações e demais valores mobiliários ou de direitos sobre eles, a cada vez que tal alienação ou extinção atingir o referido percentual;

IX. Antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos negócios da Companhia é vedada a negociação com valores mobiliários de emissão da companhia pela própria empresa, por acionistas controladores, diretos ou indiretos, administradores, membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e órgãos técnicos ou consultivos, ou por quem quer que em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia e suas controladoras, controladas e/ou coligadas, tenha conhecimento de informações relativas a ato ou fato relevante;

X. É também vedada aos administradores que se afastem da administração da Companhia, antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão e se estenderá pelo prazo de 6 (seis) meses após o seu afastamento. Essa vedação persistirá sempre que estiver em curso a aquisição ou alienação de ações de emissão da Companhia, por ela própria, suas controladas, controladora e coligadas, ou ainda outras sociedades sob controle comum ou se houver sido outorgado opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária.

22. NEGÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS

22.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia:

Não houve operações de aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

22.2. Alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia:

Não houve alterações significativas na formação de condução dos negócios da Companhia.

22.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais:

Não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

22.4. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Não aplicável.